



WE ACCELERATE BUSINESSES!

BRQ Digital Solutions





BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.

CNPJ/MF 36.542.025/0001-64

NIRE 35.300.451-23-6

COMPANHIA ABERTA

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO DA BRQ
SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A. PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA (AGO)
A SER REALIZADA EM 19 DE ABRIL DE 2023**



Índice

I. Mensagem	4
II. Demonstrações Financeiras	4
III. Destinação do Lucro Líquido	4
IV. Remuneração - Diretoria e Conselho	6
V. Reeleição - Membros do Conselho Administração	6
VI. Considerações Finais	7
VII. Anexos	7



I. Mensagem

Prezados Srs. Acionistas da BRQ Soluções em Informática S.A. (“**Companhia**”)

A Administração da Companhia vem, por meio deste, disponibilizar a Proposta de Administração para a Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) relativa ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 (“**Proposta**”), para exame e deliberação de V.Sas..

II. Demonstrações Financeiras

Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas da Companhia preparadas pela Administração, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022, publicados no dia 17 de fevereiro de 2023 no jornal “Valor Econômico”, foram aprovados pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 16 de fevereiro de 2023.

O Conselho de Administração emitiu, parecer no sentido de que as citadas demonstrações financeiras e correspondentes notas explicativas estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária.

As Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 encontram-se à disposição dos acionistas, na sede da Companhia, no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

III. Destinação do Lucro Líquido

Proposta da Administração de Destinação do Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a Proposta da Administração de destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no valor de **R\$ 83.853.273,18** (Oitenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e três reais e dezoito centavos), conforme segue:

(a) **R\$ 2.758.689,91** (Dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos) para a Reserva Legal, nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76;

(b) **R\$ 40.547.291,64** (Quarenta milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos) para distribuição de dividendo obrigatório e adicional, distribuídos conforme descrito abaixo:



- ✓ Ratificar o pagamento de **R\$ 20.273.645,82** (Vinte milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para distribuição de **dividendos obrigatórios (25%)**, calculados nos termos da legislação vigente e com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2022, correspondentes a **R\$ 0,15258956 por ação**, com pagamento realizado aos Senhores Acionistas no **dia 28 de fevereiro de 2023**, conforme deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada na data de 16.02.2023.

Fizeram jus ao recebimento dos dividendos obrigatórios os Senhores Acionistas com posição de ações da Companhia no dia **16 de fevereiro de 2023**.

Incidirá sobre o pagamento dos dividendos obrigatórios a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. Essa atualização, importa em **R\$ 83.815,13** (Oitenta e três mil, quinhentos e quinze reais e treze centavos) e correspondente a **R\$ 0,00063083** por ação.

De acordo com o item (i) do Artigo 17º do Estatuto Social da Companhia, o pagamento dos dividendos obrigatórios não depende de aprovação em Assembleia Geral.

- ✓ **Dividendos adicionais (25%)** no montante de **R\$ 20.273.645,82** (Vinte milhões, duzentos e setenta e três mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), calculados nos termos da legislação vigente e com base no balanço levantado em 31 de dezembro de 2022, correspondentes a **R\$ 0,15258956 por ação**, com pagamento aos Senhores Acionistas no dia **27 de abril de 2023**.

Farão jus ao recebimento dos dividendos adicionais os Senhores Acionistas com posição de ações da Companhia no dia **19 de abril de 2023**.

Incidirá sobre o pagamento dos dividendos adicionais a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas. O valor desta atualização será informado oportunamente na ata da Assembleia.

(c) Aprovar o orçamento de capital da Companhia tendo em vista o crescimento e projeções realizadas para os negócios, no montante total de **R\$ 78.083.378,54** (Setenta e oito milhões, oitenta e três mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme Anexo IV.



IV. Remuneração - Diretoria e Conselho

Proposta de Remuneração Global dos membros da Diretoria e Conselho de Administração para o exercício de 2023

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a proposta de remuneração global anual total de até **R\$ 9.023.489,08** (Nove milhões, vinte e três mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oito centavos). A totalidade da remuneração ora aprovada será destinada à Diretoria **R\$ 6.303.989,04** (Seis milhões, trezentos e três mil, novecentos e oitenta e nove reais e quatro centavos), aos Conselheiros **R\$ 966.020,64** (Novecentos e sessenta e seis mil, vinte reais e sessenta e quatro centavos) e o valor de até **R\$ 1.753.479,40** (Hum milhão, setecentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e setenta e nove reais e quarenta centavos) será pago a título de remuneração variável, esta última a ser concedida nas condições propostas e fixadas pela Administração da Companhia, cuja distribuição será deliberada pelo Conselho de Administração.

Tais valores de remuneração referem-se ao período compreendido entre janeiro e dezembro de 2023.

V. Reeleição - Membros do Conselho Administração

Proposta da Administração para reeleição dos Membros do Conselho de Administração

A Administração da Companhia apresenta à Assembleia Geral Ordinária a reeleição dos membros do Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos.

- (i) **Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues**, brasileiro, casado, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 07.357.433-7, expedida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 994.033.157-68 como **Presidente do Conselho de Administração**;
- (ii) **Benjamin Ribeiro Quadros**, brasileiro, casado, bacharel em informática, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 63.120.119-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 916.346.607-49 como **Vice-Presidente do Conselho de Administração**;
- (iii) **Andrea Ribeiro Quadros**, brasileira, casada, analista de sistemas e arquitetura, residente e domiciliada na Cidade e Estado de São Paulo, portadora da Carteira de Identidade nº 59.469.059-6, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 839.196.357-87 como **Membro Titular do Conselho de Administração**;
- (iv) **Roberto Carlos Marucco Junior**, brasileiro, casado, analista de sistemas, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 07693548-5, expedido pelo DIC/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 010.983.407-01 como **Membro Titular Independente do Conselho de Administração**;
- (v) **Daniel Luiz Gleizer**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 4249867, expedido pelo Detran/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 628.724.277-91 como **Membro Titular Independente do Conselho de Administração**; e



- (vi) **Luiz Alves Paes de Barros**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Cidade e Estado de São Paulo, portador da Carteira de Identidade nº 3.472.461-8, expedido pelo SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 272.014.578-53 como **Membro Titular Independente do Conselho de Administração**.

Os Conselheiros ora eleitos tomam posse para exercício de mandato a contar de 1 de maio de 2023.

VI. Considerações Finais

Sendo somente o que se apresenta para o momento, renovamos os protestos de elevada estima e consideração e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

VII. Anexos

Anexo I: FRE - Seção 02 - Comentários dos Diretores

Anexo II: FRE - Seção 07 - Assembleia Geral e Administração

Anexo III: FRE - Seção 08 - Remuneração dos Administradores

Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo A - Resolução CVM Nº 81, 29/03/2022)

Anexo V: Orçamento de Capital

São Paulo, 20 de março de 2023.

BRQ SOLUÇÕES EM INFORMATICA S.A.

Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues
Diretor de Relações com Investidores



Anexo I: FRE - Seção 02 - Comentários dos Diretores

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	16
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	18
2.5 Medições não contábeis	20
2.6 Eventos subsequentes as DFs	27
2.7 Destinação de resultados	28
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	31
2.10 Planos de negócios	32
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	35

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

As informações financeiras contidas nos itens 2.1 a 2.11, serão apresentadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e as demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas respectivas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

As informações dos itens 2.1 a 2.11, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações sobre as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis no website de relações com investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>) e no website da CVM (www.cvm.gov.br).

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual de determinado item em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação ao ativo total e/ou passivo total e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Por meio da análise dos números de seu ativo circulante e de seu passivo circulante a Companhia acredita que seu capital de giro permite liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir seus investimentos, suas despesas e suas obrigações para os próximos anos.

A Companhia entende a geração de caixa da Companhia, juntamente com as linhas de crédito disponíveis em instituições financeiras são suficientes para suportar o financiamento de suas atividades e cobrir a necessidade de recursos para a realização do plano de negócios da Companhia.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Segue abaixo informações sobre a estrutura financeira e patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	177.853	118.967	104.731
Caixa e equivalentes de caixa	158.895	161.617	134.715
Dívida Bruta (a)	41.757	61.689	75.995
Caixa líquido (b)	(117.138)	(99.928)	(58.720)
Lucro líquido do período / exercício	85.452	40.261	44.569
EBITDA Ajustado (c)	151.286	106.115	75.299
Margem EBITDA Ajustado (%) (d)	20,01%	16,96%	14,66%

(a) A Dívida Bruta corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante). A dívida bruta não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Bruta de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(b) A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamentos por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa. A Dívida Líquida não é uma medida de desempenho financeiro reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards - “IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua Dívida Líquida de forma distinta, não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

(c) O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado em 2022 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização; em 2021: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; adesão ao acordo de transação individual com a PGNF.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

(d) A Margem EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA Ajustado conforme descrito do item acima sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

As condições financeiras e patrimoniais da Companhia seguem em linha com seu plano de negócios atrelado ao histórico de crescimento da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, com receita líquida de R\$ 755.973 mil (R\$ 625.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021) e lucro líquido de R\$ 40.261 mil (R\$ 40.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de caixa e equivalente de caixa da Companhia era de R\$ 158.895 mil, valor superior a 31 de dezembro de 2021, que correspondia a R\$ 161.617 mil, uma redução de -1,68%.

Em 31 de dezembro de 2022, o caixa da Companhia é superior às suas obrigações de curto prazo.

Os diretores entendem que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais suficientes para desenvolver as atividades do seu negócio, assim como para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo. Em 31 de dezembro 2022, a Companhia possui capital circulante líquido positivo e o nível de endividamento da Companhia encontra-se de patamar adequado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Considerando seu nível de endividamento, em condições normais de mercado, os diretores entendem que a Companhia apresenta condições satisfatórias para contratar empréstimos e financiamentos adequados para realização de suas atividades e/ou investimentos futuros, denotando capacidade financeira suficiente para a cobertura financeira de suas operações, bem como realização de investimentos planejados, pagamento de dívidas e outras obrigações.

b. Estrutura de capital

A Administração considera que a execução da estratégia de crescimento orgânico e inorgânico (por aquisições) depende da utilização de fontes de financiamento compatíveis com volumes de capital, prazos de amortização longos e perfis de risco adequados.

O objetivo da Administração da Companhia no processo de administração do capital é garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir custos e manter o equilíbrio adequado.

A estrutura de capital da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 consiste nos saldos apresentados na tabela abaixo:

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido	177.853	118.967	104.731
Passivo Total + Patrimônio Líquido	407.920	345.489	275.948
Capital Próprio (a)	43,60%	34,43%	37,95%

(Em milhares de reais, exceto percentuais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Circulante e não Circulante	230.067	226.522	171.217
Passivo Total + Patrimônio Líquido	407.920	345.489	275.948
Capital de Terceiros (b)	56,40%	65,57%	62,05%

(a) O capital próprio da Companhia é representado pelo patrimônio líquido dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

(b) O capital de terceiros da Companhia é representado pela somatória do passivo circulante e não circulante dividido pelo total do passivo e do patrimônio líquido.

O padrão de financiamento da Companhia baseia-se na utilização de recursos próprios e de capital de terceiros, podendo este ser referente à captação de recursos junto a instituições financeiras ou emissão de dívidas a mercado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Periodicamente, a Administração da Companhia revisa a estrutura de capital e habilidade de liquidar os seus passivos, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

i. hipóteses de resgate

A Companhia não possui ações resgatáveis emitidas.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui ações resgatáveis.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que Companhia tem liquidez e recursos suficientes para saldar compromissos de curto prazo, mas depende de sua geração de caixa futura para garantir que tal situação permanecerá estável. A Companhia tem apresentado adimplemento e pontualidade em relação aos compromissos financeiros assumidos. O capital de giro (saldo necessário para garantir a continuidade do funcionamento da Companhia) em 31 de dezembro de 2022 da Companhia, incluindo recursos em caixa e linhas já aprovadas de financiamento bancário, é suficiente para atender as suas exigências operacionais e financeiras imediatas.

A Administração entende que os índices abaixo indicam que a Companhia possui ativos e capacidade de geração de caixa em montante suficiente para fazer frente às suas obrigações e monitora continuamente os indicadores de liquidez, acreditando que eles apresentam níveis compatíveis com as práticas de mercado no setor de atuação. Os principais indicadores de liquidez considerados são:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante	296.272	277.376	233.364
Passivo circulante	153.842	146.975	113.506
Índice de Liquidez Corrente (ILC) (a)	1,93%	1,89%	2,06%
Ativo total	407.920	345.489	275.948
Passivo total	230.067	226.522	171.217
Índice de Liquidez Geral (ILG) (b)	1,77%	1,53%	1,61%

(a) Medido pela relação entre o ativo circulante e o passivo circulante.

(b) Medido pela relação entre o ativo total (ativo circulante + ativo não circulante) e o passivo total (passivo circulante + passivo não circulante).

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos no contrato da 1ª emissão das debêntures a administração da Companhia mantém o acompanhamento dos seguintes índices financeiros:

- Dívida líquida / EBITDA dos últimos 12 meses: Menor ou igual a 2,5

O não cumprimento do índice, por dois trimestres consecutivos ou alternados, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos covenants. A Companhia também acompanha outros covenants qualitativos, os quais em 31 de dezembro de 2022 foram atendidos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 as principais fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia foram o caixa gerado por meio de suas atividades operacionais, em captação de Certificados de Depósitos Bancários, Certificados de Depósitos Interfinanceiros, e operações de emissão de debêntures, conforme apresentado a seguir:

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Recursos de instituições financeiras	-	-	11.235
(-) Custos de captação	-	-	(35)
Recursos de emissão de títulos	-	-	60.000
(-) Custos de captação	-	-	(1.715)

A Companhia mantém um saldo confortável em caixa e equivalentes de caixa, sendo seu total em 31 de dezembro de 2022 de R\$ 158.895 mil. Os Diretores da Companhia entendem que as fontes de financiamento são adequadas ao perfil de endividamento da Companhia.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. Tais recursos podem ser complementados pela geração de caixa operacional da Companhia e por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Caso venha a enfrentar eventuais deficiências de liquidez, a Companhia poderá

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

recorrer à utilização do limite pré-aprovados para capital de giro junto aos Bancos Itaú, Santander e Bradesco.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo, ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

(R\$ mil, exceto %)								
Instituição Financeira	Venc.	Taxa Pré (a.a.)	Taxa pós	Garantia	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	
Itaú	jan/21	2,43%	100% CDI	N/A	-	-	716	
Itaú	abr/26	2,46%	-	N/A	134	-	-	
Chase Bank (a)	mai/21	0,98%	-	N/A	-	-	4.000	
Caixa Economica Federal (b)	nov/21	2,18%	100% CDI	Dep. vinculado	-	-	6.984	
Santander	*	2,25%	Labor	N/A	-	1.618	1.507	
Santander	set/22	1,68%	-	N/A	-	5.000	-	
BNDES	ago/19	1,50%	TJLP	Aval	-	-	-	
BNDES	ago/21	1,70%	TJLP	Fiança Bancária	-	-	-	
Bradesco (c)	mar/25	1,53%	100% CDI	Recebíveis/Fiança	33.044	47.493	58.449	
TOTAL					33.178	54.111	71.656	

* Linha de crédito

(a) Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 769 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.

(b) Em 04 de agosto de 2020, a Companhia contratou um empréstimo no montante de R\$ 7.000 mil junto à Caixa Econômica Federal para capital de giro. A dívida tem 6 meses de carência e vencimento em 5 de novembro de 2021. Esta operação requer da Companhia uma garantia real de R\$ 1.400 mil de aplicação financeira remuneradas ao percentual de 98,50% da variação do CDI. Em 30 de junho de 2021 este depósito vinculado totaliza R\$ 1.420 mil (R\$ 1.524 mil em 31 de dezembro de 2020).

(c) 1ª Emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, distribuídas com esforços restritos, com pagamento mensal de juros e pagamento do principal iniciado em abril/2020, com vencimento em março/2025, a dívida tem garantia real da cessão fiduciária de recebíveis, contrato de prestação de prestação de serviços entre o Bradesco e BRQ e garantia adicional fidejussória registrada nos Cartórios de Registros e Documentos da Cidade de Barueri e da Cidade de São Paulo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

(Em milhares de R\$, exceto percentuais)							
Entidade	Data final vencimento	Taxa pré a.m.	Tipo	Bens	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Santander Leasing S.A.	out/24	0,94% a 1,24%	Financeiro	Equipamentos de informática	8.551	6.889	3.282
Bradesco Leasing S.A.	jan/22	1,02% a 1,19%	Financeiro	Equipamentos de informática	-	43	705
Banco Daycoval	jan/23	0,88%	Financeiro	Software	28	492	-
Safra Leasing S.A.	ago/22	12,55%	Financeiro	Equipamentos de informática	-	154	352
TOTAL					8.579	7.578	4.339

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Algumas de suas dívidas são garantidas por alienação fiduciária e fiança das pessoas físicas controladoras da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia realizou sua 1^a (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição (“Debêntures”). As Debêntures possuem cláusula restritivas relacionadas a:

(i) aprovação de matérias concernentes à fusão, cisão, liquidação, incorporação ou qualquer forma de reestruturação societária, incluindo incorporação de ações, que resulte: (a) em mudança ou transferência, a qualquer título, do controle societário direto e indireto da Companhia; ou (b) em redução da participação acionária dos Controladores na Companhia, exceto se com prévia anuência dos titulares das Debêntures

(ii) aprovação de (i) distribuição de dividendos acima do mínimo legal, (ii) pagamento de juros sobre o capital próprio ou a (iii) realização de quaisquer outros pagamentos pela Companhia a seus acionistas, sendo certo que em qualquer caso, a distribuição de dividendos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

pela Companhia está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020;

(iii) a criação de quaisquer ônus, gravame ou impedimento sobre os direitos creditórios cedidos fiduciariamente em garantia aos titulares das Debêntures;

(iv) não observância por dois trimestres consecutivos ou alternados, do índice financeiro relacionado a seguir (“Índice Financeiro”) por todo o período de vigência das Debêntures, a serem apurados pela Companhia trimestralmente com base nas Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia.

- Dívida Financeira Líquida/EBITDA: menor ou igual a 2,50 (dois inteiros e cinquenta centésimos).

Sendo considerado:

“Dívida Financeira Líquida” saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Companhia, as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida em moeda local ou internacional, os resultados, negativos, das operações de proteção patrimonial (Hedge), excluindo-se os efeitos do IFRS 16 e subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, os depósitos diretamente vinculados a estes empréstimos e financiamentos e resultados positivos das operações de proteção patrimonial; e

“EBITDA” o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses

(v) alteração dos principais ramos de negócio da Companhia, conforme previsto em seu Estatuto Social, ou realização de operações fora de seu objeto social ou prática de qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com a Escritura de Emissão das Debêntures, em especial os que possam comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os debenturistas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia utilizava os seguintes percentuais dos limites para capital de giro:

Banco	Valor do Limite (Em milhares de reais)	Percentual Utilizado
Itaú	3.000	0,00%
Santander	10.000	0,00%
Bradesco	5.000	0,00%

h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Demonstrações dos resultados (em 31/12/2021 comparado com 31/12/2020)
(em milhares de reais, exceto %)

DRE	31/12/2022	AV %	AH %	31/12/2021	AV %
	2			1	
Receita líquida dos serviços prestados	755.973	100,00%	20,85%	625.547	100,00%
Custo dos serviços prestados	(476.527)	-63,03%	18,99%	(400.491)	-64,02%
Lucro bruto	279.446	36,97%	24,17%	225.056	35,98%
Margem bruta	36,97%			35,98%	
(Despesas) / receitas operacionais					
Despesas administrativas	(148.974)	-19,71%	0,59%	(148.100)	-23,68%
Perdas de crédito esperadas	0	0,00%	-100,00%	1.121	0,18%
Outras despesas operacionais	(543)	-0,07%	1451,43%	(35)	-0,01%
Outras receitas operacionais	3.312	0,44%	-47,12%	6.263	1,00%
	(146.205)	-19,34%	3,87%	(140.751)	-22,50%
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	133.241	17,63%	58,05%	84.305	13,48%
Receitas financeiras	13.189	1,74%	179,66%	4.716	0,75%
Despesas financeiras	(15.982)	-2,11%	-41,87%	(27.493)	-4,40%
	(2.793)	-0,37%	-87,74%	(22.777)	-3,64%
Lucro antes dos tributos	130.448	17,26%	112,01%	61.528	9,84%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(43.309)	-5,73%	64,45%	(26.336)	-4,21%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.687)	-0,22%	-133,28%	5.069	0,81%
Lucro líquido do exercício	85.452	11,30%	112,25%	40.261	6,44%
Atribuível aos acionistas controladores	83.852	11,09%	128,25%	36.737	5,87%
Atribuível aos acionistas não controladores	1.600	0,21%	-54,60%	3.524	0,56%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Receita líquida

A receita, líquida da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$755.973 mil, representando um aumento de R\$130.426 mil, ou 20,85%, comparado a R\$625.547 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os diretores da Companhia entendem que o aumento é explicado principalmente:

(i) Decorrente do crescimento da oferta NextGen Squads que visa um olhar mais estratégico sobre o negócio dos seus clientes alavancados pelo cross sell em clientes já existentes, levando-se em conta que nosso relacionamento médio com os 10 principais clientes são superiores a 10 anos.

• Custos das vendas e dos serviços prestados

O custo das vendas e dos serviços prestados da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 476.527 mil, representando um aumento de R\$ 76.036 mil, ou 18,99%, comparado a R\$ 400.491 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O custo é composto 95,54% por custo de pessoal, que foi responsável pelo aumento de R\$ 77.339 mil devido basicamente ao aumento no quadro de funcionários, somado aos efeitos do reajuste sindical aprovado no ano.

• Resultado Bruto

O lucro bruto da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 279.446 mil, representando um aumento de R\$ 54.390 mil, ou 24,17%, comparado a R\$ 225.056 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

O resultado bruto vem crescendo ano contra ano, influenciada principalmente pelo aumento significativo de soluções Nextgen, ou seja, ofertas focadas na estratégia do cliente, com alto valor agregado, somado a eficiência e qualidade no delivery.

A margem bruta, medido pela relação do resultado bruto sobre a receita líquida de vendas e serviços prestados, cresceu 1 p.p. comparada ao ano anterior. Diversas ações foram desenhadas para esse resultado:

- Alta capacidade de atração e retenção de clientes;
- Aumento da eficiência na atuação dos projetos atrelada ao avanço contínuo na qualidade de entrega dos seus serviços;
- Crescimento do portfólio de soluções focado em transformação digital;
- Criação de novos modelos de negócio atrelados à transformação digital nos nossos clientes.

• Despesas Administrativas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas administrativas da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 148.974 mil, representando um aumento de R\$ 874 mil, ou 0,59%, comparado a R\$ 148.100 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. As despesas administrativas têm a seguinte composição:

(R\$ mil)	31/12/2022	31/12/2021	AH	AH %
Com pessoal	(109.894)	(106.337)	3.557	3,35%
Serviços com terceiros	(22.179)	(9.816)	12.363	125,95%
Aluguéis e condomínios	(680)	(666)	14	2,10%
Depreciação e amortização	(5.166)	(2.494)	2.672	107,14%
Comunicações	(454)	(580)	(126)	-21,72%
Impostos e taxas	(57)	(17.317)	(17.260)	-99,67%
Contribuições sindicais/associação classe	(641)	(310)	331	106,77%
IPTU	(82)	(49)	33	67,35%
Energia elétrica	(207)	(173)	34	19,65%
Outras despesas administrativas	(9.614)	(10.358)	(744)	-7,18%
Despesas administrativas	(148.974)	(148.100)	874	0,59%

• Outras (despesas) receitas operacionais

As despesas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$543 mil, representando um aumento de R\$ 508, ou 1.451,43%, comparado com R\$ 35 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

As receitas operacionais, da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$3.312 mil, representando uma redução de R\$ 2.951 mil ou -47,12%, comparado com R\$ 6.263 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Essa variação deve-se principalmente a receita extraordinária em 2021 no montante de R\$ 4.150 mil registrada na controlada ThinkInternational devido ao perdão do empréstimo do valor obtido no âmbito do programa CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security) devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso.

• Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos

Devido aos motivos descritos acima, o resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 133.241 mil, representando um aumento de R\$ 48.936 mil, ou 58,05%, comparado a R\$ 84.305 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

• Receitas Financeiras

A receita financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 13.089 mil, representando um aumento de R\$ 8.473 mil, ou 179,66%, comparado a R\$ 4.716 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se a receita de aplicações financeiras que apresentou aumento de R\$ 7.540 mil quando comparado com o mesmo período do ano anterior principalmente pelo aumento no CDI acumulado no período analisado.

• Despesas financeiras

A despesa financeira da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 15.982 mil, representando uma redução de R\$ 11.511 mil, ou 41,87%, comparado a R\$ 27.493 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deveu-se basicamente a multa do acordo individual de transação com a PGFN referente ao auto de infração no valor de R\$ 8.008 mil.

• Lucro antes dos tributos

Devido aos motivos descritos acima, o lucro antes dos tributos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 130.448 mil, representando um aumento de R\$ 68.920 mil, ou 112,01%, comparado a R\$ 61.528 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

• Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Devido aos motivos descritos acima o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 44.996 mil, representando um aumento de R\$ 23.729 mil, ou 111,58%, comparado a R\$ 21.267 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

• Lucro líquido do período

Devido aos motivos descritos acima, o lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 85.452 mil, representando um aumento de R\$ 45.191 mil, ou 112,25%, comparado a R\$ 40.261 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Os diretores devem comentar:

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida de vendas e serviços da Companhia é composta pela prestação de serviços de suporte ao cliente na adaptação de seus processos para meio digital (transformação digital). As receitas podem advir de projetos de curto ou longo prazo provenientes de cobrança de homem-hora (time-sheet), com ou sem valor limite de cobrança para o projeto (price cap).

A tabela abaixo apresenta a receita líquida de vendas e serviços da Companhia para o último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 referente ao único segmento operacional da Companhia:

Em milhares de RS	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida de vendas e serviços	755.973	625.547	513.712

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A economia brasileira vem registrando recuperação significativa desde o enfrentamento da pandemia do COVID 19. Os números da economia brasileira vieram positivos, com o Produto Interno Bruto (PIB) crescendo acima do inicialmente projetado por analistas e pelo mercado financeiro – mas dentro das projeções mais recentes.

Em 2022 o calendário eleitoral e a tensão política foram fatores de risco ocasionando um segundo semestre mais fraco. A incerteza de quem estaria no comando da Presidência a partir de 2023 e a composição do Congresso Nacional impôs cautela adicional no consumo e no ambiente de negócios, gerando adiamento nas decisões de investimentos.

A instabilidade política e econômica tem levado a uma percepção negativa da economia brasileira e a maior volatilidade nos mercados brasileiros. Uma eventual deterioração no índice de crescimento econômico do Brasil, alterações nas taxas de juros, índice de desemprego ou níveis de preços geralmente limita a disponibilidade de crédito, renda e poder de compra, o que pode ter um impacto adverso na Companhia, apesar do crescente resultado dos seus negócios.

b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Apesar da renovação da maioria dos contratos de prestação de serviço de software serem influenciados pelos índices de inflação, não é possível estimar a variação da receita vinculada a este

2.2 Resultados operacional e financeiro

único fator pois as atividades da Companhia são precificadas individualmente em cada negociação comercial e varia a depender do tipo de serviço prestado.

c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia

A Companhia pode ter seu resultado operacional impactado pela taxa de inflação, uma vez que a maior parte de seus custos e despesas (pessoal, encargos e benefícios) são reajustados anualmente com base no dissídio coletivo das categorias de profissionais contratados, e as negociações sindicais costumam tomar por base indicadores de inflação do ano anterior.

As variações dos índices de inflação impactam fortemente os custos e despesas da Companhia, já que o IGP- M e o IPC-A são utilizados como referencial para reajuste dos serviços contratados pela mesma e também para cálculo do dissídio dos profissionais, sendo este último responsável pelo aumento do principal item de custo da Companhia.

Adicionalmente, o resultado financeiro da Companhia é impactado, basicamente, por variações no CDI, em função das debentures e aplicações financeiras.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Os diretores devem comentar:

a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e suas notas explicativas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB.

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Na preparação dessas informações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.

CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) é equivalente à norma internacional IFRS 16 - Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1)), equivalente à norma internacional (IAS 17). A nova norma estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários -arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

CPC 06 (R2) /IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A Companhia efetuou a revisão dos seus contratos de arrendamento e, em 1º de janeiro de 2019, a Companhia registrou um passivo de arrendamento em contrapartida ativos de direito de uso em 31 de dezembro de 2019 o montante é de R\$ 4.831 mil.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos financeiros - IFRS 9 Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração - A Companhia avaliou os seus modelos de negócio quando da adoção inicial da IFRS 9, em 1º. de janeiro, e não identificou nenhum impacto significativo que pudesse afetar suas demonstrações financeiras, pela adoção.

Redução ao valor recuperável - Para o contas a receber, dado a natureza de curto prazo dos recebíveis da Companhia e da sua política de concessão e gerenciamento de risco e de crédito utilizados, a Companhia não identificou nenhum impacto relevante que pudesse afetar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pela adoção.

b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

O relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, emitido pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não contém ressalvas e nem ênfases.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou qualquer segmento operacional nas atividades da Companhia no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 05 de janeiro de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da Livetouch, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da TOP. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOP é limitado à R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de março de 2022 a Companhia formalizou a incorporação da BMSIX, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia nos exatos termos do Protocolo e Justificação, sem aumento do capital social da Companhia uma vez que (i) a Companhia é titular da totalidade das quotas da incorporada; (ii) os investimentos da Companhia na incorporada estão avaliados com base no método de equivalência patrimonial, nos termos do art. 248 da Lei das S.A., de modo que o valor do patrimônio líquido da Livetouch, ora incorporado pela Companhia, já se encontra devidamente refletido nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não acarretará em acréscimo e/ou redução dos valores constantes de suas demonstrações financeiras.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 07 de abril de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de quotas representativas de 100% do capital social da QDOIS. O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

2.5 Medições não contábeis

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

Seguindo as práticas de mercado, a Companhia divulga medidas não contábeis que não consistem em medidas de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). A Administração acredita que a apresentação dessas medidas fornece informações úteis para investidores terem entendimento adicional da performance operacional e resultados financeiros da Companhia. Entretanto, estas medidas não contábeis não têm significados e metodologias padronizados e podem não ser diretamente comparáveis com métricas de nome igual ou similar publicadas por outras Companhias devido a diferentes metodologias de cálculo ou devido a itens que podem ser objeto de interpretação. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 527, de 4 de outubro de 2012 (“Instrução CVM 527”), a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Ainda que as medidas não contábeis sejam usadas frequentemente por investidores no mercado e pela Administração para análise de sua posição financeira e operacional, potenciais investidores não devem basear sua decisão de investimento nessas informações como um substituto para as medidas contábeis ou como indicativo de resultados futuros.

a. Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM nº 527/12.

O EBITDA é utilizado como medida de desempenho da Companhia, ou seja, indica a capacidade da empresa em gerar caixa a partir de seus ativos operacionais. O EBITDA Ajustado, por seu turno, é uma medição não contábil elaborada pela Companhia que consiste no EBITDA, calculado em consonância com a Instrução CVM 527, ajustado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 com itens não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia, sendo eles: despesas com esforços para aquisição de empresas e despesas com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização; em 2021: ganho extraordinário referente ao perdão da dívida (PPP Loan) na sua controlada no exterior; despesas com esforços para aquisição de empresas; pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia; adesão ao acordo de transação individual com a PGNF; O exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 não foi ajustado com itens que não fazem parte do plano de negócios da Companhia. O EBITDA Ajustado não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias."

2.5 Medições não contábeis

A Margem EBITDA é um indicador calculado através da divisão do EBITDA pela Receita líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto a Margem EBITDA Ajustado consiste no EBITDA Ajustado dividido pela Receita líquida de vendas e serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado, a Margens EBITDA e a Margem EBITDA Ajustado não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis adotadas no Brasil nem pelas IFRS, não possuem um significado padrão. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

Seguem abaixo os valores do EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado para os últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	144.052	91.541	75.299
Margem EBITDA %	19,06%	14,63%	14,66%
EBITDA Ajustado	151.286	106.115	77.893
Margem EBITDA Ajustado %	20,01%	16,96%	15,16%

Lucro Líquido Ajustado

O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao lucro líquido descontado dos Ajustes do EBITDA.

O Lucro Líquido Ajustado não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil (BR GAAP) nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – International Financial Reporting Standards (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), tampouco representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como substitutos dos indicadores contábeis do desempenho operacional, como indicadores de liquidez, tampouco como base para distribuição de dividendos. O Lucro Líquido Ajustado corresponde ao Lucro Líquido descontado dos Ajustes do EBITDA descritos acima.

2.5 Medições não contábeis

O Lucro Líquido (%) é um indicador calculado através da divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados do período, enquanto o Lucro Líquido Ajustado (%) consiste no Lucro Líquido Ajustado dividido pela Receita Líquida de vendas e serviços prestados.

Seguem abaixo os valores do Lucro líquido ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	85.452	40.261	44.569
Lucro líquido (%)	11,30%	6,44%	8,68%
Lucro Líquido ajustado	92.686	54.835	44.569
Lucro líquido (%)	12,26%	8,77%	8,68%

A Companhia utiliza o Lucro Líquido Ajustado para mensurar a rentabilidade e saúde financeira recorrente dos negócios da Companhia, pois entende que se trata de uma medida não contábil que exclui impactos não recorrentes ou que não fazem parte do plano de negócios da Companhia.

Dívida bruta e Caixa líquido

A Dívida bruta e o Caixa líquido são medições não contábeis elaboradas pela Companhia, conciliadas com suas demonstrações financeiras. A Dívida bruta visa demonstrar a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante) e o Caixa líquido a somatória dos saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por arrendamento e empréstimos com partes relacionadas (circulante e não circulante), deduzidos do saldo de caixa e equivalentes de caixa.

A Dívida bruta e o Caixa líquido não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam endividamento nas datas indicadas e não são indicadores da condição financeira, liquidez ou capacidade de liquidar a dívida da Companhia. Também não são calculadas usando uma metodologia padrão e podem não ser comparáveis às definições de Dívida bruta, Caixa líquido ou medidas de título similar usadas por outras empresas.

2.5 Medições não contábeis

Seguem abaixo os valores da Dívida bruta e do Caixa líquido em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida bruta	41.757	61.689	75.995
Caixa líquido	(117.138)	(99.928)	(58.720)

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do lucro líquido para o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para o período dos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de Reais, exceto percentuais)	Exercício Social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício / período	85.452	40.261	44.569
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	44.996	21.267	21.726
Resultado Financeiro	2.793	22.777	2.473
Depreciação e Amortização	10.811	7.236	6.531
EBITDA	144.052	91.541	75.299
PPP loan (a)	-	(4.151)	-
Despesas com M&A (b)	2.735	740	-
Desligamento de acionista diretor (c)	-	957	-
Parcelamento de impostos (d)	-	17.028	-
Prêmio/PLR(d)	-	-	-
Custos de oferta (e)	4.499	-	-
EBITDA Ajustado	151.286	106.115	75.299
Receita líquida de vendas e serviços prestados	755.973	625.547	513.712
Margem EBITDA	19,06%	14,63%	14,66%
Margem EBITDA Ajustado	20,01%	16,96%	14,66%

2.5 Medições não contábeis

Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo (PPP Loan) conforme a Lei Cares, e o valor foi excluído para fins de ajuste no Ebitda por se tratar de uma receita extraordinária.

- (a) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (b) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021.
- (c) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de Ebitda.
- (d) Refere-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

Lucro Líquido Ajustado

Seguem abaixo as reconciliações do Lucro Líquido Ajustado da Companhia 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

	Exercício social encerrado em		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido	85.452	40.261	44.569
PPP loan (a)	-	(4.151)	-
Despesas com M&A (b)	2.735	740	-
Desligamento de acionista diretor (c)	-	957	-
Parcelamento de impostos (d)	-	17.028	-
Prêmio/PLR(d)	-	-	-
Custos de oferta (e)	4.499	-	-
Lucro Líquido ajustado	92.686	54.835	44.569
Lucro Líquido ajustado (%)	12,26%	8,77%	8,68%

- (a) Em abril de 2021 a ThinkInternational recebeu o perdão do empréstimo (PPP Loan) conforme a Lei Cares, e o valor foi excluído para fins de ajuste no Ebitda por se tratar de uma receita extraordinária.
- (b) Referem-se às despesas com esforços para aquisição de empresas, ajustado para fins de apuração do Ebitda.
- (c) Despesa referente ao pagamento de prêmio adicional no desligamento de acionista diretor da Companhia, ocorrido em março de 2021.
- (d) A Companhia aderiu ao Acordo de Transação Individual referente ao auto de infração de suposto recolhimento a menor das contribuições previdenciárias sobre Participação dos Lucros da Companhia referente ao ano de 2011. Por se tratar de uma despesa não usual, que não faz parte do plano de negócios da Companhia, foi ajustado para fins de Ebitda.
- (e) Refere-se aos custos com advogados e auditoria para análise de potenciais estruturas de capitalização, ajustado para fins de apuração do Ebitda.

2.5 Medições não contábeis

Dívida bruta e Caixa líquido

Seguem abaixo as reconciliações da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Em milhares de Reais	Em 31/12/2022	Em 31/12/2021	Em 31/12/2020
Empréstimos e financiamentos			
Circulante	4.888	11.051	15.763
Não circulante	3.825	3.145	1.783
Debêntures			
Circulante	14.565	14.634	11.095
Não circulante	18.479	32.859	47.354
Dívida Bruta	41.757	61.689	75.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(158.895)	(161.617)	(134.715)
Caixa Líquido	(117.138)	(99.928)	(58.720)

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

Na Companhia, o EBITDA é utilizado como ferramenta para medição de desempenho e parâmetro de comparação com outras empresas, pois tem a vantagem de não ser afetado por variáveis específicas de determinados países ou regiões, como taxas de juros, regras de depreciação e diferenças tributárias. Desta forma, a utilização deste indicador permite que a Companhia analise mais do que apenas seu resultado final (lucro ou prejuízo). Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Instrução CVM 527/12 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Instrução CVM 527/12.

A Companhia entende que o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado são medidas de desempenho adicionais para a compreensão de sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras Companhias do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

No entanto, o EBITDA apresenta certas limitações, como não considerar o montante de reinvestimento necessário para a manutenção da capacidade produtiva (consumido pela depreciação), podendo transmitir uma falsa ilustração da liquidez da Companhia, assim requerendo que tal indicador seja utilizado em conjunto com outras medições contábeis para que possa ser melhor interpretado.

2.5 Medições não contábeis

Dívida Líquida e Dívida Bruta

A Dívida Bruta e a Dívida Líquida não são medidas de desempenho financeiro, liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil nem pelo IFRS, emitidas pelo IASB e não possui significado padrão. Outras empresas podem calcular a Dívida Bruta e a Dívida Líquida de maneira diferente ao calculado pela Companhia.

A Companhia entende que a medição da Dívida Bruta e da Dívida Líquida são úteis na avaliação do grau de endividamento em relação à sua posição de caixa. Adicionalmente, nas escrituras de debênture de emissão da Companhia e nos contratos financeiros, a Companhia está sujeita à observância de determinados índices financeiros (covenants financeiros) que utilizam a Dívida Líquida como parâmetro na forma definida nos respectivos instrumentos de dívida. Para maiores informações sobre os contratos financeiros celebrados pela Companhia e outros instrumentos de dívida, bem como os índices financeiros (covenants financeiros) a que a Companhia está sujeita.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

TOP Information Serviços Digitais Ltda.

No dia 11 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da TOP Information Serviços Digitais Ltda, empresa especializada em Salesforce. A transação foi concluída em 1º de fevereiro de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da TOPi é limitado à R\$38.192, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$4.140 já paga na data de fechamento da transação; uma parcela de R\$1.552 paga em maio de 2022 referente ao ajuste de preço do valor pago à vista; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor fixo (R\$2.500 cada); e 3 (três) parcelas anuais em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$25.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da TOPi, de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de dezembro de 2022 a expectativa de pagamento da contraprestação contingente é de R\$22.166 de acordo com as projeções atualizadas da controlada.

QDois Consultoria Ltda.

No dia 23 de fevereiro de 2022, a Companhia assinou o contrato de compra e venda da totalidade das quotas de participação da QDois Consultoria Ltda. A transação foi concluída em 8 de abril de 2022.

O preço de aquisição a ser pago pela Companhia aos sócios da QDOIS é limitado a R\$48.261, e é composto pelas seguintes parcelas: uma parcela fixa de R\$8.261 já paga na data de fechamento da transação; e parcelas fixas anuais a prazo, sendo 3 (três) parcelas em valor variável, mas cuja soma está limitada a R\$40.000, sendo o pagamento condicionado ao atingimento, pelos vendedores da QDOIS de metas atreladas à performance dos seus negócios no período de 36 meses a contar do primeiro dia do mês consecutivo (subsequente) à data do fechamento, bem como ao cumprimento de determinadas obrigações pelos vendedores.

Em 31 de dezembro de 2022 a expectativa de pagamento da contraprestação contingente é de R\$4.850 de acordo com as projeções atualizadas da controlada.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. Regras sobre retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.") Nesses termos, do lucro líquido apurado ao fim do exercício social de 2021, o Estatuto Social estabelecia que serão, primeiramente, deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda; 5% (cinco por cento) serão, então, aplicados na constituição da reserva legal; 25% (vinte e cinco por cento), pelo menos, para pagamento de dividendos. Havendo saldo dos resultados, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta da administração, na forma da Lei das S.A., deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela Assembleia Geral.

b. Regras sobre distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social vigente no exercício social encerrados em 31 de dezembro de 2022, a distribuição de dividendos, após a provisão para pagamento de eventuais prejuízos acumulados e da provisão para o imposto sobre a renda, será pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. Considera-se lucro líquido aquele definido no art. 191 da Lei das S.A., diminuído ou acrescido dos valores previstos no inciso I do art. 202 da Lei das S.A. e observadas as disposições do inciso II e III do mesmo artigo, conforme aplicável.

A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos ou juros sobre capital próprio.

Os dividendos obrigatórios não serão pagos no exercício em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Finalmente, reverterão em favor da Companhia os dividendos e juros sobre o capital próprio que não forem reclamados pelos acionistas dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à sua disposição.

c. Periodicidade das distribuições de dividendos

Em 31 de dezembro de 2022, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Após levantamento do balanço patrimonial e das demonstrações da Companhia convocar-se-á, Assembleia Geral Ordinária para discutir e deliberar

2.7 Destinação de resultados

sobre ditas demonstrações e para deliberar sobre a destinação do resultado e distribuição dos dividendos.

Sem prejuízo, a Companhia poderá ainda, por deliberação do Conselho de Administração, mandar levantar balanço trimestral e/ou semestral e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio à conta de lucro apurado nesses balanços.

O Conselho de Administração poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, devendo, neste caso, tais dividendos, se distribuídos, serem descontados do valor devido a título de dividendos mínimos obrigatórios.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Conforme a alínea “j”, item 7.1.1, cláusula VII .do Instrumento particular de escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, da BRQ Soluções em Informática S.A, a partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 até o vencimento final das Debêntures, a distribuição de dividendos está limitada a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido apurado pela Companhia.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

De acordo com o Estatuto Social vigente nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a política de destinação da Companhia é aquela prevista no Estatuto e aprovada na Assembleia Geral Ordinária onde a administração da Companhia solicita a aprovação da destinação dos resultados.

Para o ano de 2021, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária aprovou em 27 de abril de 2022 a destinação dos resultados da Companhia.

A referida AGO/E (Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária) pode ser consultada no site de Relações com Investidores da Companhia (<https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 – Brasil Bolsa Balcão (“B3”) (www.b3.com.br).

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

Os emitentes não evidenciaram os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

A Companhia não detém arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

A Companhia não detém carteiras de recebíveis baixados, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

A Companhia não detém contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

iv. contratos de construção não terminada

A Companhia não detém contratos de construção não terminada, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia não detém contratos de recebimentos futuros de financiamento, além daqueles constantes no balanço patrimonial para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem outros itens detidos pela Companhia que não sejam evidenciados nas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

O item não é aplicável a Companhia, devido à inexistência de itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

2.10 Planos de negócios

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Tendo em vista o crescimento da Companhia e as projeções realizadas para os negócios até 2022, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de tecnologia da informação e investimentos minoritários em start-ups. Para tanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi alocado o montante de R\$ 78.083 mil para a reserva de retenção de lucros.

A Companhia pretende continuar crescendo nos próximos anos organicamente e através de aquisições de outras empresas. Para fazer frente ao crescimento esperado, a Companhia continuará investindo principalmente em sistemas de controle e gestão e na prospecção de empresas a serem adquiridas. Não podemos prever, quais serão os valores nem as condições de pagamento das futuras aquisições, nem qual será o impacto de tais aquisições em suas demonstrações financeiras.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Para investir nas estratégias mencionadas acima, pode utilizar diversas fontes de financiamento incluindo (i) a geração própria de recursos em decorrência do desenvolvimento das atividades operacionais; (ii) a obtenção de recursos de terceiros, incluindo empréstimos e financiamentos e/ou emissão de debêntures; e (iii) a obtenção de recursos próprios por meio da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas ou de ofertas públicas de ações; e (iv) alienação das ações em tesouraria de emissão da Companhia. No caso da estratégia de crescimento por aquisições, poderemos recorrer também a financiamento dos sócios vendedores das empresas adquiridas (“seller financing”). A maior parte dos investimentos previstos para 2022 será financiada com capital de terceiros proveniente das debêntures emitidas em 2020. O saldo é composto da seguinte maneira:

	Taxa efetiva	Controladora e consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Bradesco	6,4% a.a.	33.935	48.889
(-) Custo de transação		(891)	(1.396)
		33.044	47.493
Passivo circulante		14.565	14.634
Passivo não circulante		18.479	32.859

2.10 Planos de negócios

Tais recursos podem ser complementados por linhas de financiamento específicas, que visam incentivar projetos relacionados à inovação tecnológica. Adicionalmente, a Companhia espera que, num futuro próximo, terá condições de obter novos recursos através da emissão de novas ações, seja por meio de subscrições privadas, seja através de ofertas públicas de ações.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não possui nenhum processo de aquisição de ativos em andamento. Estas podem ocorrer no curso normal dos negócios e para fazer frente ao crescimento esperado. Eventuais patentes poderão fazer parte de futuras aquisições da Companhia, mas não é possível seja previsto quais, quantas e qual valor serão adquiridas.

c. Novos produtos e serviços

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas em andamento divulgadas.

ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, o investimento com o desenvolvimento de um novo software, no valor de R\$2.065, R\$ 1.505 mil e R\$ 1.411 mil, respectivamente, concentrou-se em uma solução interna para controle dos projetos da Companhia. Todos os custos com pesquisa e desenvolvimento não elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesas administrativas no resultado.

2.10 Planos de negócios

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Companhia segue critérios que visam o desenvolvimento dos negócios através de ações ambientais, sociais e de governança.

A Companhia ciente da importância de sua contribuição para o desenvolvimento econômico dos locais onde atua e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, busca em todas as suas ações respeitar os direitos humanos e o meio ambiente.

Demos passos importantes e alcançamos reduções significativas nos últimos anos de nossas emissões de gases poluentes decorrente da adoção do trabalho home office. Hoje, mais de 95% dos colaboradores da Companhia trabalham desta forma, evitando o deslocamento até os escritórios da empresa e reduzindo drasticamente a emissão desses gases que favorecem o efeito estufa e o aquecimento global.

Os resultados alcançados pela Companhia em 2022 permitiram contribuir com à sociedade brasileira por meio de investimento no social, capacitando de talentos em tecnologia, incluindo programa exclusivo para estudantes do ensino médio de comunidades carentes em situação de vulnerabilidade nas cidades de Mangaratiba (RJ) e Ilhabela (SP).

A **BRQ** investe na formação de talentos para o mercado de tecnologia há muitos anos. Mais do que capacitação em tech, a proposta é dar autonomia e empoderar os estudantes para transformarem suas vidas, suas famílias e a própria comunidade. Estudantes de baixa renda do ensino médio receberam bolsa de estudo, assistência médica, vale-refeição, ajuda de custo com internet e computador para se tornar um desenvolvedor Front-End e começar a projetar interfaces para páginas web como um programador.

Buscamos no futuro soluções para o presente e, para 2023, continuaremos valorizando o nosso time e investindo em iniciativas ESG e Inovação para desenvolver soluções que agregam ainda mais valor para o cliente em todos os desafios da Transformação Digital.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados neste item.

Convém apontar que, desde o início do ano de 2020, a Companhia acompanhou a propagação do Novo Coronavírus (“Covid-19”) ao redor do mundo. A Companhia efetuou uma análise dos riscos e incertezas relacionados ao Covid-19 em suas operações e de suas controladas, e não identificou nenhum impacto relevante até o momento que requeresse ajuste sobre as demonstrações financeiras individuais intermediárias e consolidadas. A Companhia adotou o trabalho remoto (home office) para todos os colaboradores respeitando os decretos de quarentena de cada estado; como consequência reduzimos o tamanho dos escritórios; e reforçou a equipe de saúde corporativa. As ferramentas de TI da Companhia provaram-se eficazes e, juntamente com a disciplina de gestão, os colaboradores da Companhia continuam a trabalhar dentro do nível de produtividade usual.

A Companhia entende que está tomando todas as medidas adequadas para prevenir a disseminação do Covid-19, bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia. Embora as operações da Companhia não tenham sido afetadas de forma relevante até o momento e não tenha identificado nenhum evento que pudesse indicar indícios de impairment e/ou de não realização de seus ativos, a administração da Companhia não tem como estimar ou prever a ocorrência eventos futuros relacionados à pandemia do Covid-19 que possam trazer reflexos para a Companhia, mas continuará com o monitoramento e avaliação de ações a serem tomadas.

Em abril de 2020, a controlada ThinkInternational, LLC contraiu um empréstimo no valor de US\$ 779 mil, (R\$ 4.000 mil) no âmbito do programa “CARES (Coronavirus Aid, Relief, and Economic Security)”. O empréstimo destinava-se a suprir a perda de vendas e a capacidade de operar, juntamente com a correspondente incapacidade de pagar funcionários, aluguel e outros custos devido à pandemia. A controlada obteve o perdão da dívida em maio de 2021 devido ao cumprimento dos requisitos do programa de utilização do recurso para pagamento da folha de pagamento e outros gastos elegíveis.



Anexo II: FRE - Seção 07 - Assembleia Geral e Administração

Índice

7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	1
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	7
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	8
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	11
7.4 Composição dos comitês	21
7.5 Relações familiares	24
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	25
7.7 Acordos/seguros de administradores	26
7.8 Outras informações relevantes	27

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:

a. Principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

A política tem como objetivo determinar os critérios para composição do Conselho de Administração, dos Comitês de Assessoramento e da Diretoria da Companhia, prezando as melhores práticas de governança corporativa.

A indicação dos membros do Conselho de Administração, e de seus Comitês de Assessoramento e a Diretoria da Companhia observa o disposto na Política, no Estatuto Social da Companhia, nos regimentos internos do Conselho de Administração e de seus Comitês, no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”), na Lei das S.A., bem como nas demais legislações e regulamentações aplicáveis.

Deverão ser indicados para compor o Conselho de Administração, seus Comitês e a Diretoria, profissionais altamente qualificados, com comprovada experiência técnica, profissional ou acadêmica, e alinhados aos valores e à cultura da Companhia.

A indicação para composição do Conselho de Administração, seus Comitês e da Diretoria deverá considerar critérios como complementaridade de experiências, formação acadêmica e disponibilidade de tempo para o desempenho da função e diversidade.

O Política de Indicação da Companhia poderá ser alterada por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

A Política de Indicação da Companhia é foi aprovada pelo Conselho de Administração em 12.08.2021 e está disponível para consulta no site da Companhia no link <https://www.brq.com/relacionamento-com-o-investidor/>

b. Se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:

O Conselho de Administração reconhece que um processo de avaliação robusto e construtivo é um componente essencial de boa governança corporativa e da eficácia dos membros do Conselho de Administração e de seus Comitês.

i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Periodicidade de Avaliação: Anual

Abrangência: avaliação é feita tanto em relação ao órgão colegiado, quanto aos seus membros, individualmente e também pelo Presidente do Conselho de Administração.

ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Metodologia: O Presidente do Conselho de Administração é o principal responsável pela condução do processo de avaliação, assim como pelas devolutivas – sejam elas referentes ao desempenho do colegiado, dos comitês e/ou de seus participantes. A avaliação é feita pelo Colegiado, pelo membro avaliado e pelo Presidente do Conselho.

Crítérios de Avaliação do Colegiado: i) Composição e Dinâmica: diversidade, atuação em colegiado, interação entre os membros e tomada de decisões colegiadas; ii) Pessoas e Cultura: alinhamento ao propósito, cultura organizacional e gestão de pessoas; iii) Estrutura e Processos: agendas/pautas, fluxo das informações e produtividade dos comitês de assessoramento; iv) Estratégia e Negócios: direcionamento estratégico; monitoramento da execução / desempenho; tendências / inovação; v) Riscos Corporativos e Controles Internos: gerenciamento de riscos corporativos por meio de políticas específicas; supervisionamento da efetividade do comitê de auditoria e adoção de práticas de governança corporativa.

Crítérios de Avaliação Individual: i) Adequação do perfil do membro: formação e experiência profissionais, conhecimento de governança, autodesenvolvimento e educação continuada; ii) Papeis e responsabilidades: identificação com a cultura organizacional, contribuição para a efetividade do conselho / comitês, disponibilidade de tempo e preparação para as reuniões; e iii) Competências e Comportamentos: independência de posicionamentos, competências socioemocionais, atuação em colegiado.

Crítérios de Avaliação Individual do Presidente do Conselho de Administração: (i) o poder de liderança, (ii) o cumprimento da agenda de reuniões, a capacidade de interação com o Diretor-Presidente e (iii) o método imparcial de avaliação de conselhos, desenvolvendo processos de avaliação justos, sigilosos e eficazes.

Resultados da Avaliação para Aprimoramento do Órgão: Baseado nos resultados da avaliação, um plano de ação é definido e mudanças nas práticas ou procedimentos são consideradas e implementadas, se aplicável, para evolução do desempenho do colegiado e individual.

iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externa.

c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

As regras e procedimentos a serem observados pelos acionistas diante de situações com potencial conflito de interesses com os da Companhia constam: (i) na Lei das S.A.; (ii) no Código de Ética e Conduta da Companhia; e (iii) na Política de Transação com Partes Relacionadas aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de agosto de 2019, em conformidade com o art. 35 do Regulamento do Novo Mercado da B3.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quanto à identificação de uma matéria em que o acionista seja parte relacionada ou possa de alguma forma ter um potencial conflito de interesses, tem-se que: (i) o acionista envolvido deve imediatamente manifestar essa situação ao Comitê de Auditoria e Riscos ou Departamento Jurídico da Companhia explicando seu envolvimento e fornecendo detalhes acerca da situação; (ii) e, caso permaneça omissos, qualquer outro acionista que tenha conhecimento do fato, deverá fazê-lo, ou ainda terceiro, por meio do Canal de Ética da Companhia.

Quanto aos procedimentos para administração da situação, tem-se que:

- o acionista com conflito e interesses deverá se abster de votar em deliberações sobre a matéria, podendo, contudo, participar da discussão, visando proporcionar maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas;
- o acionista que não se manifestar voluntariamente será investigado pelo Comitê de Auditoria e Riscos, que reportará a sua avaliação e recomendação ao Conselho de Administração acerca do tratamento a ser dado àquele que incorreu na infração;
- a deliberação tomada em decorrência do voto de acionista que tem interesse conflitante com o da Companhia é anulável e o acionista responderá pelos danos causados e será obrigado a transferir para a companhia as vantagens que tiver auferido.

d. Por órgão

Preenchimento direto ENET

e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

Atualmente a Companhia não possui documento formalizado com objetivos específicos em relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração.

Muito se deve pelo fato da Companhia possuir um grupo restrito na administração, possuindo apenas 07 membros no Conselho de Administração. Não há Conselho Fiscal instalado.

Dito isso, é de extrema importância informar que a Companhia incentiva seus colaboradores a serem quem são!!!!

A Companhia possui grupos de diversidades/inclusão que incentivam os colaboradores a participar e compartilhar conteúdos que ajudem a sensibilizar e a conscientizar para juntos construirmos um time cada vez mais forte.

Os grupos de afinidade internos da organização servem para dar espaço para os profissionais falarem, permitindo que eles sejam protagonistas e ajudem a fortalecer uma cultura inclusiva.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

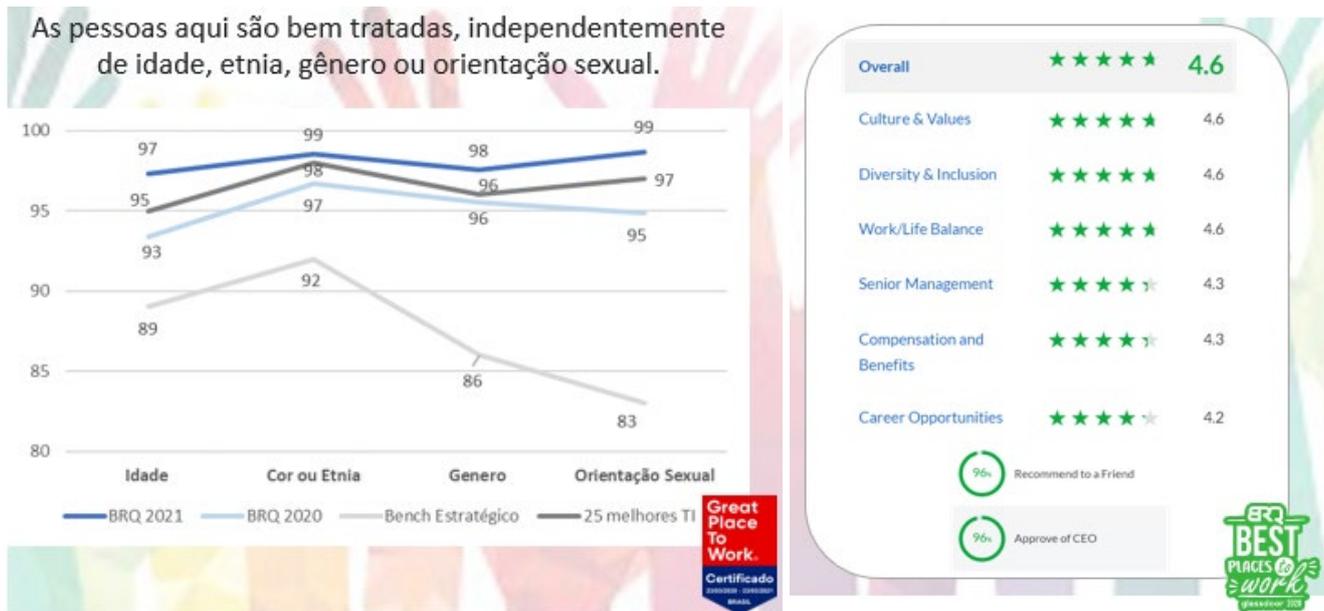
Temos hoje 3 grupos principais:

GIRLS ROAR - Foco nas Mulheres

COLORFUL ROAR - Foco na comunidade LGBTQIA+

BLACK ROAR - Foco em pessoas negras

Diversidade: 98% de nossos funcionários se sentem livres para serem quem são (GPTW 2022)



Nossas iniciativas estão focadas em duas estratégias principais: **1) Equidade** e **2) Inclusão**

- Patrocínio Cloud Girls (Evento personalizado e divulgação de vagas na comunidade com 14.000 mulheres)
- R&S em grupos de oportunidades de trabalho para grupos minoritários
- Análise histórica de promoção, reconhecimento e motivos de saída
- Representatividade nas comunicações (Interna e Externa)
- Campanhas nas redes sociais com foco em mulheres e negros
- Programa Entry Point Training – Entrevistas às cegas e edição exclusiva para mulheres/negros
- Jobecam – Entrevistas Cegas (Innovation Hub – Ranking TOP 10 Open Startups – Categoria Inteligência Artificial)
- Canal de Ética (Para que os funcionários denunciem qualquer coisa que não esteja em conformidade com nosso Código de Conduta)

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Livro Diversidade e Inclusão
- Comunidade interna de D&I
- Roar Affinity Group (Black People, Women in Tech, LGBTQIA+)
- Campanhas em Datas Importantes, como dia internacional do orgulho lgbtqia+, dia da mulher, orgulho nacional lgbtqia+, Dia Internacional da Pessoa com Deficiência. eu
- Lives sobre Temas de Diversidade para fortalecer nossa cultura
- Nossas plataformas aceitam os nomes sociais e os funcionários podem escolher com quais pronomes de gênero querem ser chamados.

f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

Na BRQ incentivamos projetos que promovem a agenda ESG e desenvolvimento sustentável que, assim como nós, transformam o mundo com tecnologia!

A Alta Direção da Companhia trata com muita responsabilidade o tema sobre sustentabilidade incentivando a cultura de desperdício zero, reciclagem e uso sustentável dos recursos.

Nosso ramo de atividade tem como matéria prima principal a capacidade de produção intelectual de nossos colaboradores para o desenvolvimento de softwares e aplicações e por consequente geramos pouquíssimas emissões de GEE. Desde 03/2020 mais de 95% dos profissionais trabalham na modalidade homeoffice proporcionando grande redução na emissão de gase poluentes

Estamos sempre realizando campanhas para o uso sustentável dos recursos disponíveis promovendo o equilíbrio das relações e com a natureza. Nosso compromisso com o desenvolvimento sustentável de orientar nossos colaboradores através de um conjunto de ações ordenadas e práticas com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir o desenvolvimento sustentável do planeta, abordando tópicos como:

- Utilizar água e energia de forma consciente, com gerenciamento, adotando tecnologias, atualização e melhorias para melhor aproveitamento dos recursos;
- Utilização sustentável dos recursos naturais, em especial da água;
- Aplicar os conceitos de reduzir, reutilizar e reciclar os resíduos;
- Prevenção da poluição e ações de proteção ao meio ambiente, priorizando a utilização de energia limpa e renovável;
- Manter e apoiar atividades de conscientização de colaboradores sobre a importância da redução do desperdício, da gestão de resíduos, da reciclagem e da economia de água e energia.

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- Utilização somente de papel produzidos através de florestas 100% plantadas e renováveis (Certificada pela CERFLOR - regulamentada pelo INMETRO).
- Melhoria contínua do desempenho Ambiental.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	2	4	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	1	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
TOTAL = 13	3	10	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	7	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
TOTAL = 13	0	13	0	0	0	0	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Nos termos do Estatuto Social vigente, aprovado na assembleia geral extraordinária realizada em 29 de abril de 2016, a administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria, detalhados abaixo.

Conforme artigo 25º do Estatuto Social da Companhia compete ao Conselho de Administração:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da companhia;
- (ii) Eleger e destituir os diretores e fixar-lhes as atribuições que não estejam especificamente previstas no Estatuto Social da COMPANHIA ou em lei;
- (iii) Fiscalizar a gestão dos diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração pela companhia, e quaisquer outros atos;
- (iv) Estabelecer critérios para o rateio da remuneração de cada administrador, respeitado o montante global fixado pela Assembleia Geral de Acionistas;
- (v) Convocar a Assembleia Geral;
- (vi) Manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes;
- (viii) Autorizar a alienação e oneração de bens do ativo permanente, bem como a prestação de garantias a terceiros;
- (ix) Autorizar a Diretoria a decidir sobre a aquisição, a alienação e/ou oneração de bens do ativo permanente e compromissos financeiros que a Companhia pretende investir, cujo valor não exceda R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais);
- (x) Decidir sobre casos omissos neste estatuto;
- (xi) Deliberar, dentro do limite de capital autorizado, sobre a emissão de valores mobiliários de qualquer tipo, inclusive ações ou bônus de subscrição, com ou sem a exclusão do direito de preferência dos acionistas, fixando as condições da emissão e colocação das ações ou bônus de subscrição;
- (xii) Autorizar a compra de ações da Companhia, para sua permanência em tesouraria, posterior alienação ou cancelamento, nos termos da lei e das disposições regulamentares em vigor;
- (xiii) Aprovar o orçamento anual e planos financeiros e de negócios, bem como suas respectivas alterações ou modificações;
- (xiv) Aprovar e acompanhar despesas gerais e administrativas (G&A) não previstas no orçamento anual da COMPANHIA, cujo valor, isoladamente ou agregado, seja acima de R\$ 100.000,00

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

- (cem mil reais) por mês;
- (xv) Definir lista tríplex de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações da COMPANHIA, em caso de saída do BOVESPA MAIS ou cancelamento de registro de companhia aberta na CVM, na forma estabelecida neste Estatuto Social;
 - (xvi) Aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração;
 - (xvii) Fixar o quadro de pessoal e o plano de cargos e salários da COMPANHIA;
 - (xviii) Estabelecer o valor de participação nos lucros dos empregados da COMPANHIA, podendo decidir por não lhes atribuir qualquer participação;
 - (xix) Decidir sobre a concessão de avais, fianças ou a outorga de qualquer outra garantia em favor de qualquer terceiro, independentemente do valor envolvido;
 - (xx) Decidir sobre a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software, ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível pertencente à COMPANHIA e/ou a qualquer de suas Afiliadas;
 - (xxi) Decidir sobre a celebração, alteração ou rescisão de qualquer contrato ou acordo, verbal ou escrito, em favor de qualquer Acionista, administrador ou empregado da COMPANHIA (exceto contratos de trabalho), ou de qualquer Afiliada de tais administradores, Acionistas ou empregados;
 - (xxii) Decidir sobre qualquer aquisição de controle de outra sociedade, ou de parte substancial dos ativos ou negócios de outra sociedade, ou a participação da COMPANHIA em grupo de sociedades;
 - (xxiii) Decidir sobre qualquer associação da COMPANHIA com outra sociedade;
 - (xxiv) Celebrar, alterar ou rescindir qualquer contrato (exceto os contratos comerciais celebrados no curso normal dos negócios da COMPANHIA), cujo valor global exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais);
 - (xxv) Decidir sobre qualquer aluguel, alienação, transferência ou constituição de quaisquer ônus ou gravames sobre qualquer bem ou direito da COMPANHIA, excetuadas aquelas operações expressamente autorizadas pelo plano de negócios ou orçamento anual da COMPANHIA;
 - (xxvi) Decidir sobre a proposição de qualquer medida, em âmbito administrativo ou judicial, que envolva valores iguais ou superiores a R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) ou que possa ter impacto negativo nos Negócios da COMPANHIA ou em seu relacionamento com clientes ou autoridades governamentais e,

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

(xxvii) Decidir sobre a instalação de agências, sucursais filiais ou escritórios da Companhia no Brasil ou no exterior, à vista de proposta da Diretoria.

O Estatuto Social está disponível para consulta no site de Relações com Investidores da Companhia (www.brq.com.br/ri), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Conselho de Administração realiza trimestralmente reuniões onde são examinadas e discutidas as informações contábeis do período, acompanhadas do relatório de revisão emitido pelos Auditores Independentes.

Não há uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Com o objetivo de expressar seu compromisso com o gerenciamento ético, a BRQ desenvolveu um canal de comunicação confidencial que possibilita o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código, de políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à companhia que pode ser acessado anonimamente ou não.

Qualquer acontecimento que não seja compatível com nosso Código de Conduta deve ser comunicado na nossa Linha de Ética, canal para recebimento de denúncias e relatos que se encontra disponível em nosso site através do link: <https://www.brq.com/quem-somos/canal-de-etica/>

Todas as informações recebidas pelo canal são direcionadas automaticamente aos membros integrantes do Comitê de Ética e Ouvidoria, órgão responsável por avaliar a veracidade da ocorrência e conduzir todo o processo com absoluto sigilo. O Comitê constitui órgão de caráter estritamente consultivo, subordinado ao Comitê de Auditoria e Riscos, criado com a finalidade de assessorá-lo.

A BRQ garante expressamente ausência de retaliação contra a pessoa que, de boa-fé, denunciar ou manifestar suspeita, dúvida ou preocupação relativas a possíveis violações a esta Política, deste modo, não serão admitidos atos de retaliação como ameaças, má avaliação, aplicação de penalidades, rescisão contratual de trabalho entre outros.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Nome: ANDREA RIBEIRO QUADROS **CPF:** 839.196.357-87 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 24/09/1965

Experiência Profissional: Formada em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula, com curso de extensão em Programação de Sistemas pela PUC-RJ, Pós Graduação em Análise de Sistemas também pela PUC-RJ e realizou o Programa de Gestão para Key Executivos pela Harvard Business School. Iniciou suas atividades na Companhia no ano de 1995 exercendo a função de Diretora. Atualmente exerce a função de Membro Titular do Conselho de Administração. Das empresas em que a Sra. Andrea Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Andrea Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Andrea Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Conselho de Administração - Efetivos	23/04/2021	2 anos	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ANTONIO EDUARDO PIMENTEL RODRIGUES **CPF:** 994.033.157-68 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/10/1967

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Universidade Federal Fluminense e realizou o Programa de Gestão para Presidentes (Owner/President Management Program – OPM) pela Harvard Business School. Desde 1997 exerce a função de Vice-Presidente da BRQ, além de ser Presidente do Conselho de Administração deste o ano de 2020. Atualmente é responsável pela gestão das seguintes áreas de negócio da empresa: BRQ LABs – Programa de Inovação da BRQ, Serviços de Cloud, Serviços SAAS de SWs proprietários da BRQ e parcerias externas. Das empresas em que o Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Antonio Eduardo Pimentel Rodrigues declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Conselho de Administração - Suplentes	23/04/2021	2 anos	39 - Outros Conselheiros / Diretores	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: BENJAMIN RIBEIRO QUADROS **CPF:** 916.346.607-49 **Profissão:** Empresário **Data de Nascimento:** 02/12/1967

Experiência Profissional: Formado pela Havard Bussines School – OPM – Owner President Management Program (2008 à 2010) e em Ciências da Computação - pela Universidade Federal Fluminense (1984 à 1986), iniciou sua carreira como analista de sistemas e trabalhou em empresas como Exxon e IBM. Aos 24 anos fundou a BRQ e hoje, aos 53 anos, é presidente da Companhia e investidor em várias empresas iniciantes. Exerce a função de Vice-Presidente da BRASSCOM e é Conselheiro da Angels of Brazil da Harvard Business School,, além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração. É responsável por supervisionar a performance dos negócios da Companhia. Das empresas em que o Sr. Benjamin Ribeiro Quadros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Benjamin Ribeiro Quadros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Conselho de Administração - Suplentes	23/04/2021	2 anos	31 - Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: DANIEL LUIZ GLEIZER **CPF:** 628.724.277-91 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 23/02/1960

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1984, obteve o seu MA em economia pela University of Illinois – Urbana Champaign - em 1985 e seu PhD em Economia pela University of California – Berkeley, em 1990. Obteve o certificado do curso de Risk Management in Banking no Insead, 2002 e do curso de Investment Decisions and Behavioral Finance, Harvard University, 2016. Com 30 anos de experiência profissional, dirigiu diversas instituições financeiras, públicas e privadas, no Brasil e no exterior. Iniciou sua carreira como Economista no Fundo Monetário Internacional em 1991, onde permaneceu por 5 anos. Posteriormente foi convidado a atuar como economista no Banco de Investimento Garantia, onde tornou-se Economista Chefe. Posteriormente, no Banco Credit Suisse Garantia foi promovido a Managing Director responsável pela a área de pesquisa macroeconômicas para a America Latina (exceto México), antes de ser convidado para a compor a diretoria colegiada do Banco Central do Brasil. No Banco Central foi Diretor da Área Internacional, de 1999 a 2002. Foi Diretor de Global Markets no Deutsche Bank, Vice Presidente do Unibanco e, posteriormente do Banco Itaú-Unibanco, onde liderou as áreas de Gestão de Risco e, posteriormente, as Tesourarias destas instituições. Foi Chief Investment Officer da BW Gestão de Investimentos Ltda. onde definia e implementava estratégias de investimentos nos diversos segmentos dos mercados financeiro nacional e internacional, além de participar de seus comitês de Investimentos, de Riscos e de Compliance. Foi também Diretor da ANDIMA (2007-2008), Membro do Foreign Exchange Committee do Federal Reserve Bank of New York (2012-2015) e membro do Conselho de Administração da BMFBOVESPA (2014-2015). Foi Visiting Scholar na Columbia University nos anos 2019 e 2020. É membro fundador do CDPP (Centro de Debate de Políticas Públicas) e membro do Advisory Committee do Bretton Woods Committee. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Daniel Luiz Gleizer atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Daniel Luiz Gleizer declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Conselho de Administração - Efetivos	23/04/2021	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: JOSE ANTONIO AFONSO PIRES **CPF:** 164.971.388-62 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 10/09/1974

Experiência Profissional: Formado na Executive Program Leading Professional Service Firms (#LPSF) da Harvard Business School #HBS , o Programa Internacional de Negócios da School of Business Administration da University of Miami e o Innovation Program da University of California. Atuo na operação de projetos de tecnologia, transformação digital e relacionamento comercial para os maiores bancos, seguradoras e corretoras do setor financeiro, liderando uma equipe de aproximadamente 1000 profissionais altamente capacitados atuando em todo o Brasil. Esses times estão organizados em squads com gestão lean baseada em indicadores de eficiência e eficácia, garantindo o resultado dos negócios de seus clientes. Com grande experiência no mercado de tecnologia e transformação digital todos esses anos, desenvolvi expertise no desenvolvimento de soluções digitais para os segmentos Financeiro e de Seguros, baseados em tecnologias e ferramentas de inovação como Inteligência Artificial, Big Data, Design Thinking e Gerenciamento Lean e Ágil. Construí e consolidei minha carreira na BRQ, onde entrei em 1994 como estagiário e permaneço até hoje. Das empresas em que o Sr. José Antonio Afonso Pires atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. José Antonio Afonso Pires declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. José Antonio Afonso Pires declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Diretoria	29/04/2021	3 anos	19 - Outros Diretores	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: LUIZ ALVES PAES DE BARROS **CPF:** 272.014.578-53 **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 22/09/1947

Experiência Profissional: Formado em Economia pela Universidade de São Paulo USP (Turma 1971) É sócio fundador e CIO da Alaska Investimentos, participo da empresa do terceiro setor Associação Barreiros em Ilhabela, além de membro de diversos Conselhos de Administração em companhias de capital aberto (Alfa Holding S.A., Consórcio Alfa de Administração S.A, Financeira Alfa S.A. e do Banco Alfa de Investimentos S.A., General Waters SA e da Alisnce Sonae Shopping Center). Mais de 50 anos de experiência no mercado financeiro e um dos maiores e mais renomados investidores no mercado de renda variável brasileiro. Em 2021 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Luiz Alves Paes de Barros atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Luiz Alves Paes de Barros declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Conselho de Administração - Efetivos	23/04/2021	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MONICA ANDREA JAMBEIRO PEDREIRA **CPF:** 960.255.815-68 **Profissão:** CFO **Data de Nascimento:** 13/02/1979

Experiência Profissional: Brasileira, casada, formada em Administração de Empresas pela Universidade Federal da Bahia e em Ciências Contábeis pela FABAC, possui MBA em Controladoria – UNIFACS. Ingressou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. em 2015 ocupando o cargo de Controller da Companhia, atualmente ocupa o cargo de CFO e em Maio/2021 foi eleita Diretora. Profissional com mais de 19 anos de experiência em Companhias registradas na CVM, nos segmentos de concessões de energia elétrica e rodovias, infraestrutura e tecnologia da informação, atuando em cargo gerencial, nas áreas de controladoria, contabilidade/fiscal e controles internos. Ampla experiência em Reports para usuários internos e externos: Relatórios de desempenho, Demonstrações Financeiras (BR-GAAP e IFRS) e Reports para o Conselho de Administração/Acionistas. Responsável pela implantação do SAP em concessionárias de energia elétrica e de rodovias. Experiência de quatro anos na área contábil/financeira em Big Four, atuando como auditor e consultor em empresas nos segmentos de energia elétrica, engenharia e construção, químico e petroquímico e investimentos e infraestrutura. Das empresas em que a Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Monica Andrea Jambeiro Pedreira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Diretoria	29/04/2021	3 anos	19 - Outros Diretores	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: MÔNICA DE ARAUJO PEREIRA **CPF:** 013.924.297-06 **Profissão:** Administradora **Data de Nascimento:** 25/04/1968

Experiência Profissional: Formada em Informática pela Universidade Federal Fluminense, com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC e realizou o Programa de Gestão para Key Executives pela Harvard Business School e Columbia Senior Executive Program pela Columbia University. Em 1993 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. Atualmente exerce o cargo de diretora estatutária responsável pela área financeira e legal. Das empresas em que a Sra. Mônica de Araujo Pereira atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Mônica de Araujo Pereira declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Diretoria	29/04/2021	3 anos	19 - Outros Diretores	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ROBERTO CARLOS MARUCCO JUNIOR **CPF:** 010.983.407-01 **Profissão:** Analista de Sistemas **Data de Nascimento:** 13/02/1970

Experiência Profissional: Formado em Tecnologia de Processamento de Dados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ) em 1990 e em Administração de Empresas pela Universidade Candido Mendes (UCAM/RJ) em 1998. Tendo também concluído MBA Executivo em Gestão de Negócios no IBMEC/RJ em 2001. Em 2010 obteve o grau de “alumni” pela Harvard Business School através do curso GMP (General Management Program). Com 30 anos de experiência profissional, liderou times em todas as áreas de TI, estratégia, marketing digital e transformação digital. Iniciou sua carreira como trainee na IBM Brasil, onde permaneceu por 10 anos e saiu como Líder de Segmento de Negócios. Posteriormente, foi convidado a atuar como Gerente Sênior de Desenvolvimento de Sistemas na Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro (CEG - Grupo Gás Natural - Espanha). Após 4 anos, assumiu as empresas Supergasbras e Minasgás como CIO. Seu principal objetivo foi preparar e conduzir a fusão das duas empresas, criando a SHV Gas Brasil (Grupo Holandês). Após esse período, ingressou na SulAmerica Seguros como CIO. Desde 11/2020 é CIO na CERC Central de Recebíveis. Em março de 2019, liderou a Transformação Digital do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como Diretor de Estratégia, Transformação Digital e Pessoas. Em 2020 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Das empresas em que o Sr. Roberto Carlos Marucco Junior atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Carlos Marucco Junior declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Conselho de Administração - Efetivos	23/04/2021	2 anos	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	03/05/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: RODRIGO FRIZZI SOUSA **CPF:** 266.581.018-25 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 30/09/1977

Experiência Profissional: Formado em Ciências da Computação pela Faculdades Associadas de São Paulo e MBA InformationTechnology pela FIA. Mais de vinte anos de experiência em desenvolvimento de canais digitais e liderança de equipes de alta performance nos mercados Financeiro, de Telecomunicações e de Seguros, apoiando empresas e startups em suas estratégias e jornadas de transformação digital, criando uma experiência encantadora para os clientes finais e um impacto real nos negócios, com foco na diferenciação, na excelência e na lucratividade. Entusiasta e praticante da filosofia Lean, um sistema de gestão que parte do princípio de que toda iniciativa deve ter como foco o cliente final. Por isso, sempre me dediquei ao desenvolvimento e à gestão estratégica das pessoas que trabalham no meu time. Atua na BRQ desde 2001, e foi eleito como Diretor Estatutário em maio de 2021, responsável por posicionar a BRQ como parceira estratégica das maiores empresas do país nos desafios da Transformação Digital. Das empresas em que o Sr. Rodrigo Frizzi Sousa atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Rodrigo Frizzi Sousa declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Diretoria	29/04/2021	3 anos	19 - Outros Diretores	29/04/2021	Sim

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.4 Composição dos comitês

Nome: MARIANA ROSA DE ALMEIDA **CPF:** 051.726.278-98 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 29/06/1964

Experiência Profissional: Brasileira, advogada, formada em Direito pela FIG/SP 1985); Pós Graduação em Direito Tributário, ministrada pelo insigne professor Paulo de Barros Carvalho na Expertise em planejamento tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) 2005/2007; e MBA em análise comportamental das pessoas (foco em RH – formação – capacitação – atualização), estudo aprofundado nas relações laborais e inovação na redação de contratos pela Faculdade Santa Rita 2015/2017; carreira iniciada na HLO (Grupo de Comunicação), DCI e Manchete 1990/2000, depois desse período, por doze anos, autonomamente, reestruturando empresas; até chegar na empresa BRQ Soluções em informática S/A em 2012, atualmente atuando como gerente do jurídico no desenvolvimento de estratégias na redução de todo tipo de custos, utilizando metodologia Lean. Das empresas em que a Sra. Mariana Rosa de Almeida atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Mariana Rosa de Almeida declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Mariana Rosa de Almeida declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Mariana Rosa de Almeida declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/03/2022	1 ano		09/03/2022	09/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: PRISCILA RUSCH DALTRO CAMBRA **CPF:** 797.251.555-72 **Profissão:** Advogada e Contadora **Data de Nascimento:** 21/04/1980

Experiência Profissional: Pós Graduada em Gestão Tributária pela Universidade Federal da Bahia , Salvador - BA (2008 / 2009), Certified Financial Planner - CFP - Rice University, Houston, TX-USA - 2006, Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador-2017 (OAB-56.912), Ciências Contábeis - Faculdade Jorge Amado, Salvador/BA- 2005 (CRC- BA 027021/0-8) e Administração de Empresas - UNIFACS, Salvador/BA- 2002.Possui experiência na revisão, aprovação e acompanhamento de Balanço Patrimonial, planejamento estratégico, gestão prudente dos investimentos e da exposição ao risco; monitoramento dos trabalhos de auditoria, discussão sobre assuntos contábeis relevantes e acompanhamento dos pontos levantados na carta de recomendação. Atuando na BRQ Soluções em Informática Como Gerente Executivo desde 2022.Das empresas em que a Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não participa em entidades do terceiro setor. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. A Sra. Priscila Rusch Daltro Cambra declara que não é considerada Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Membro do Comitê (Efetivo)	09/03/2022	1 ano		09/03/2022	09/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome: ROBERTO STROHSCHOEN DE LACERDA **CPF:** 596.297.467-00 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 29/08/1958

Experiência Profissional: Brasileiro, casado, graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis com MBA em Controladoria pela USP. Em 2017 iniciou na empresa BRQ Soluções em Informática S.A. exercendo a função de Membro Titular Independente do Conselho de Administração. Possui mais de 35 anos de experiência em auditoria externa e consultoria empresarial, neste período foi sócio de consultoria empresarial da Arthur Andersen (15 anos no escritório do Rio de Janeiro e 8 anos em São Paulo), Terco Grant Thornton (3 anos), e Ernst & Young Terco (3 anos), onde atuou como responsável pela divisão de consultoria com foco no segmento de empresas de rápido crescimento e Middle Market. Nos últimos anos tem atuado como consultor independente para empresas familiares, também com participação em conselhos de administração, familiares, e de sócios. É especialista em custos, tendo desenvolvido e implantado mais de 300 projetos, sendo mais de 100, de custos por Atividade (ABC). Co-autor de três livros sobre ABC e ABM, os quais foram publicados no Brasil, EUA, Espanha e Japão e mentor/palestrante da Endeavor sobre temas de gestão e organização, custos, e preparação para o crescimento. Das empresas em que o Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda atuou, nenhuma integra o grupo econômico da Companhia ou é controlada por acionista da Companhia que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário da Companhia. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não participa em entidades do terceiro setor. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declarou que não sofreu, nos últimos cinco anos, qualquer condenação (i) criminal, (ii) em processo administrativo da CVM, ou (iii) transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. O Sr. Roberto Strohschoen de Lacerda declara que não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da regulamentação aplicável.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Não estatutário	Outros	09/03/2022	1 ano	Coordenador	09/03/2022	14/05/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada				
BENJAMIN RIBEIRO QUADROS	916.346.607-49	BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.	36.542.025/0001-64	
Diretor Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração				
Pessoa relacionada				
ANDREA RIBEIRO QUADROS	839.196.357-87	BRQ SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA S.A.	36.542.025/0001-64	Cunhado e Cunhada (2º grau por afinidade)
Membro Titular do Conselho de Administração				
Observação				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há relação de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas entre administradores da Companhia.

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia possui para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O), com cobertura para: (i) responsabilização por danos causados a Terceiros, em consequência de atos (ilícitos) culposos praticados pelos administradores no exercício das funções para as quais tenham sido nomeados, eleitos e/ou contratados, o reembolso das indenizações que forem obrigados a pagar, a título de reparação, por sentença judicial transitada em julgado, ou em decorrência de juízo arbitral, ou por acordo com os terceiros prejudicados, com a anuência da Seguradora.

A apólice de seguro contratada junto à empresa Zurick Seguros S/A possui vigência de 1 de outubro de 2022 a 1 de outubro de 2023 e o limite líquido de indenização é de R\$ 30.000 milhões, com pagamento de prêmio no montante de R\$ 56 mil.

A Companhia informa, ainda, que não possui previsão estatutária sobre a indenidade e nem contratos firmados com seus administradores ou ex-administradores visando mantê-los indenidos de eventuais prejuízos decorrentes de atos realizados por força do exercício de suas funções na Companhia.

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos 12 (doze) meses, (i) resumo das principais matérias aprovadas, (ii) data de sua realização, e (iii) quórum de instalação:

Evento	Resumo das Matérias	Data	Quórum de Instalação
AGE	(i) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da Livetouch Tecnologia Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A.; (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Livetouch; (iii) Aprovar Laudo de Avaliação da Livetouch, cuja cópia segue anexa ao Protocolo e Justificação da Livetouch; (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da Livetouch pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.	05.01.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de quotas da TOP Information Serviços Digitais Ltda., representativas de 100% do capital social da TOP, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças datado de 11.11.2021; (ii) Ratificar a contratação da Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda. como empresa especializada para avaliar a TOP; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) Autorizar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do contrato referente à aquisição da TOP, e a realização do fechamento.	31.01.2022	
AGE	(i) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação da BMSIX Soluções em Informática Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A.; (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da Livetouch; (iii) Aprovar Laudo de Avaliação da Livetouch, cuja cópia segue	31.03.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia

7.8 Outras informações relevantes

	anexa ao Protocolo e Justificação da BMSIX; (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da Livetouch pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.		
AGE	(i) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de quotas da QDOIS Consultoria Ltda., representativas de 100% do capital social da QDOIS, nos termos do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças datado de 23.02.2022; (ii) Ratificar a contratação da Ártica Participações e Assessoria Financeira Ltda. como empresa especializada para avaliar a TOP; (iii) Aprovar o Laudo de Avaliação; (iv) Autorizar e ratificar a prática, pelos administradores da Companhia, de todos os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas, incluindo, mas não se limitando, a celebração do contrato referente à aquisição da TOP, e a realização do fechamento.	07.04.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGO/E	(i) Tomar as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (ii) Proposta da Administração para destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Deliberar sobre a remuneração global dos membros da Administração para o exercício social de 2022.	27.04.2022	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar, o Protocolo e Justificação de Incorporação da QDOIS Consultoria Ltda. pela BRQ Soluções em Informática S.A., (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da QDOIS; (iii) Aprovar, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação da QDOIS, (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da QDOIS pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.	02.01.2023	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia
AGE	(i) Aprovar, o Protocolo e Justificação de Incorporação da TOP Information Serviços Digitais Ltda. pela BRQ Soluções em	02.01.2023	Presentes acionistas representando a totalidade do capital social da

7.8 Outras informações relevantes

	Informática S.A., (ii) Ratificar a contratação da Apsis como empresa especializada responsável pela avaliação do patrimônio líquido da TOP; (iii) Aprovar, depois de lido e discutido, o Laudo de Avaliação da TOP, (iv) Aprovar a incorporação propriamente dita da TOP pela Companhia, com a extinção da incorporada e sua sucessão pela Companhia.		Companhia
--	---	--	-----------



Anexo III: FRE - Seção 08 - Remuneração dos Administradores

Índice

8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	1
8.2 Remuneração total por órgão	6
8.3 Remuneração variável	10
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	11
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	16
8.6 Outorga de opções de compra de ações	17
8.7 Opções em aberto	18
8.8 Opções exercidas e ações entregues	19
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	20
8.10 Outorga de ações	21
8.11 Ações entregues	22
8.12 Precificação das ações/opções	23
8.13 Participações detidas por órgão	25
8.14 Planos de previdência	26
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	27
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	28
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	29
8.18 Remuneração - Outras funções	30
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	31
8.20 Outras informações relevantes	32

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Política de Remuneração da Companhia tem por objetivo estabelecer os critérios e procedimentos para definição da remuneração e dos benefícios concedidos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado, aos Diretores Estatutários ou não Estatutários, e membros dos Comitês instituídos pela Companhia, definidos aqui em conjunto por “Executivos”. A Política possui como principais objetivos:

- ✓ Atrair, recompensar, reter e incentivar os Executivos na condução de seus negócios de forma sustentável, observados os limites de risco adequados;
- ✓ Alinhar os interesses dos Executivos com os interesses da Companhia e seus acionistas;
- ✓ Proporcionar uma remuneração com base em critérios que diferenciem o desempenho, e permitam também o reconhecimento e a valorização da performance individual; e
- ✓ Assegurar a manutenção de padrões compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho referencial, estabelecendo diretrizes para a fixação de eventual remuneração e benefícios concedidos aos Executivos.

A Política de Remuneração foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada no dia 13.05.2021.

b. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A proposta de remuneração da Diretores estatutários e não Estatutários deve ser encaminhada através de seu Diretor Presidente, para aprovação do Conselho de Administração e deverá ser formulada de forma que:

- ✓ Esteja vinculada a resultados, com metas de curto e longo prazo relacionadas de forma clara e objetiva à geração de valor econômico para a organização;

8.1 Política ou prática de remuneração

- ✓ Evite a criação de desafios inatingíveis ou inconsistentes, que induzam a diretoria a expor a organização a riscos extremos ou desnecessários;
- ✓ Seja justa e compatível com as funções e os riscos inerentes a cada cargo e devidamente contabilizada;
- ✓ Não estimule ações que induzam os diretores executivos a adotar medidas de curto prazo sem sustentação ou que prejudiquem a organização no longo prazo;
- ✓ Tenha uma estrutura de incentivos que deve incluir um sistema de freios e contrapesos, que indique os limites de atuação dos envolvidos e evite que uma mesma pessoa controle o processo decisório e a sua respectiva fiscalização; e
- ✓ Evite o caráter imediatista das metas relacionadas à remuneração variável.

A definição da remuneração individual dos administradores da Companhia é realizada utilizando critérios uniformes e princípios éticos e técnicos de valorização e administração das suas diferentes estruturas funcionais, assegurando a manutenção de padrões de equilíbrio interno e externo, compatíveis com as responsabilidades de cada cargo e competitivos ao mercado de trabalho, regulamentando critérios e estabelecendo controles administrativos capazes de responder às diversas necessidades da Companhia.

Os critérios são fixados de acordo com o padrão de mercado das empresas de atuação no seu segmento e através da realização de pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia. Os valores de remuneração pagos aos seus diretores e conselheiros são reajustados por acordos coletivos e convenções coletivas de trabalho.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

Diretoria:

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de um salário ou pró-labore, conforme o cargo, definidos de acordo com as responsabilidades individuais de cada um, com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do tempo e dedicação dos seus membros, baseado em parâmetros de mercado, visando remunerar a contribuição individual para o desempenho e o crescimento do seu negócio. Além disso, a remuneração fixa é orientada, dentre outros fatores, por pesquisas salariais.

Os diretores não estatutários da Companhia poderão receber, ainda, remuneração variável, seja a título de (i) Participação nos Lucros e Resultados (“PLR”) da Companhia, nos limites estabelecidos anualmente no acordo de PLR, observada a elegibilidade de tais diretores, e, desde que sejam atingidas

8.1 Política ou prática de remuneração

as metas estabelecidas no acordo de PLR; e/ou (ii) bonificações vinculadas ao atingimento de metas individuais e corporativas, com objetivo de premiar o alcance das metas pré-estabelecidas pela Companhia, alinhada ao desempenho, sustentabilidade e à estratégia de crescimento do seu negócio em cada exercício social. Os valores e as metas do acordo de PLR serão negociados nos acordos de PLR e serão determinados com base na meritocracia.

Os Diretores Estatutários e não Estatutários da Companhia poderão ser elegíveis aos seguintes benefícios, além dos benefícios previstos nas normas coletivas aplicáveis: (a) plano de saúde; (b) plano odontológico; (c) vale alimentação; (d) vale refeição; (e) seguro de vida; (f) previdência privada; e outros a serem aprovados pelo Conselho de Administração e/ou que venham a ser estabelecidos nas normas coletivas aplicáveis aos empregados da Companhia para os diretores empregados.

Três dos Diretores Estatutários da Companhia foram beneficiários do Primeiro Plano de Remuneração em Ações ("1º Plano"), tendo recebido outorgas quando não eram diretores estatutários. O plano foi criado com o objetivo de facilitar o alinhamento de interesses entre Executivos e acionistas no longo prazo.

Adicionalmente, a Administração submeteu à aprovação dos acionistas, em assembleia geral realizada em 18 de dezembro de 2020, o Segundo Plano de Remuneração em Ações ("2º Plano"), aditado pela Assembleia Geral realizada em 13 de agosto de 2021.

Conselho de Administração:

Os membros do Conselho de Administração recebem uma remuneração fixa mensal, na forma de pró-labore, definido de acordo com regras estratégias e condições gerais previamente estabelecidas e fixadas pela Assembleia Geral e pela Administração da Companhia, com o objetivo de compensá-los pela sua participação nas reuniões do Conselho de Administração e outras atividades desenvolvidas no âmbito de suas atribuições.

Os Conselheiros Independentes da Companhia não serão elegíveis ao recebimento de PLR, uma vez que não são empregados da Companhia.

Conselho Fiscal:

A Companhia não tem Conselho Fiscal instalado.

Membros de Comitê:

Os membros dos comitês que sejam funcionários da Companhia não receberão remuneração específica, entretanto, membros independentes poderão receber pró-labore para tanto, se assim deliberado pelo Conselho de Administração.

8.1 Política ou prática de remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

No curto prazo, a política de remuneração está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia previamente definidos. No médio e longo prazo, a remuneração baseada em ações (plano de opções) possibilita aos elegíveis a formação de patrimônio por meio da valorização das ações entre a outorga e sua liberação para venda.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

As tabelas abaixo apresentam a proporção de cada elemento na composição da remuneração total nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

Conselho de Administração	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração Fixa	100,00%	100,00%	100,00%
Remuneração Variável	0,00%	0,00%	0,00%
Benefícios	0,00%	0,00%	0,00%

Diretoria	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Remuneração Fixa	55,00%	56,60%	66,29%
Remuneração Variável	15,00%	13,93%	18,16%
Benefícios	30,00%	29,47%	15,55%

- sua metodologia de cálculo e de reajuste

O valor e o reajuste da remuneração são propostos pela Administração e deliberados nas Assembleias, que têm como atribuição fixar o montante global da remuneração dos administradores. A proposta da Administração leva em consideração o valor da remuneração de praticados em companhias abertas brasileiras e a capacidade financeira da Companhia.

A Companhia, realiza periodicamente pesquisas de mercado, coordenada pela área de recursos humanos, comparando suas práticas às de outras empresas de referência no mercado do mesmo porte da Companhia.

- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

Os principais indicadores dizem respeito a administração financeira (fluxo de caixa e EBITDA), que representam em média 60% das metas, além de indicadores de processos, satisfação de clientes e pessoas, que completam os demais 40%.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração considera as responsabilidades de cada função e tem como parâmetro os resultados positivos da Companhia no respectivo ano de exercício, que busca o alinhamento de interesses entre acionistas e administradores.

8.1 Política ou prática de remuneração

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Sim, com exceção dos Membros Independentes do Conselho, os demais membros do Conselho de Administração renunciaram à remuneração.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

8.2 Remuneração total por órgão**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2023 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6		13,00
Nº de membros remunerados	5	6		11,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	966.020,64	6.303.989,04		7.270.009,68
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	1.753.479,40		1.753.479,40
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	966.020,64	8.057.468,44		9.023.489,08

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6		13,00
Nº de membros remunerados	4	6		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	911.942,39	5.755.884,36		6.667.826,75
Benefícios direto e indireto	0,00	0,00		0,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	911.942,39	8.922.522,60		9.834.464,99

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	7	6		13,00
Nº de membros remunerados	4	6		10,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	689.862,00	3.715.735,70		4.405.597,70
Benefícios direto e indireto	0,00	918.682,23		918.682,23
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.435.809,00		1.435.809,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação		Quatro dos diretores relacionados tiveram seu mandato iniciado em 03.05.2021.		
Total da remuneração	689.862,00	6.070.226,93		6.760.088,93

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6	2		8,00
Nº de membros remunerados	2	2		4,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	476.000,00	1.615.000,00		2.091.000,00
Benefícios direto e indireto	0,00	458.000,00		458.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	500.000,00		500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	476.000,00	2.573.000,00		3.049.000,00

8.3 Remuneração Variável**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7	6		13
N° de membros remunerados	5	6		11
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	7	6		13
N° de membros remunerados	4	6		10
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	3.166.638,24		3.166.638,24
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	992.791,69		992.791,69

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		6		6
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração		1.435.809,00		1.435.809,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração		1.435.809,00		1.435.809,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas		0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social		0,00		0,00

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia possui 2 (dois) planos de Outorga de Opção de Compra de Ações, sendo:

1º Plano aprovado em AGOE realizada em 02 de setembro de 2011, elegível única e exclusivamente aos diretores não estatutários da Companhia, o qual teve suas opções outorgadas e exercidas em sua totalidade, ressalvadas 20.000 opções já vencidas em setembro de 2021 e não exercidas, razão pela qual não será detalhado nesta sessão do FRE.

2º Plano aprovado em AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, neste novo modelo são beneficiários do Plano os diretores estatutários e não estatutários, e demais empregados da Companhia e subsidiárias, inclusive aqueles que já sejam eventualmente proprietários de ações da Companhia. Os sócios controladores e membros do Conselho de Administração não serão elegíveis ao Plano.

a. Termos e condições gerais

A Companhia, por meio do seu Conselho de Administração, indicou, em conformidade com o 2º Plano, aqueles dentre diretores estatutários ou não, e empregados da Companhia e subsidiárias que terão direito à outorga da opção (“Beneficiários”) e que foram devidamente convidados por escrito a participar do 2º Plano mediante a formalização de Contrato de Opção de Compra de Ações.

Compete ainda ao Conselho de Administração definir os colaboradores elegíveis tornar-se-ão Beneficiários e celebrarão os Contratos de Opção, assim como a quantidade de opções de compra de ações a que cada Beneficiário terá direito, observadas as limitações previstas neste Plano.

Os termos e as condições de cada Opção de Compra concedida de acordo com o 2º Plano serão fixados em Contrato de Opção de Compra de Ações definindo, entre outras condições, e observadas as disposições deste Plano:

- a. o número e a espécie de ações que serão entregues com o exercício da opção;
- b. a Outorga da opção, o prazo de vencimento da Opção de Compra e a data na qual o exercício da opção e todos os direitos dela decorrentes expirarão;
- c. o Preço da Outorga das Opções de Compra de Ações (Prêmio);
- d. o Preço de Exercício das Opções de Compra; e
- e. quaisquer outros termos e condições que não estejam em desacordo com o 2º Plano.

O objetivo do 2º Plano consiste em estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e dos interesses de seus acionistas, especialmente no sentido de se atingir as condições para a realização de uma oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia (“IPO”), permitindo

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

a certos executivos e empregados optar por adquirir ações da Companhia, nos termos e condições previstos no Plano.

b. Data de aprovação e órgão responsável

AGE realizada em 18 de dezembro de 2020 - Órgão Responsável: Conselho de Administração

c. Número máximo de ações abrangidas

As opções incluídas no 2º Plano terão como lastro, no máximo, 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) Ações, correspondentes a até 5,50% do total das ações da Companhia na presente data, incluído as opções de compra das Ações Ordinárias existentes em tesouraria, com diluição proporcional dos atuais acionistas em caso de emissão. Uma vez exercida a Opção de Compra de Ações pelos Beneficiários, as ações ordinárias correspondentes serão objeto de emissão, por meio de aumento do capital da Companhia a ser deliberado pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, ou venda, caso sejam oferecidas opções de compra de ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, conforme condições estabelecidas neste Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

As Ações a serem emitidas no âmbito do 2º Plano serão ações ordinárias.

Os acionistas, nos termos do que dispõe o artigo 171, § 3º, da Lei das S.A., não terão direito de preferência na outorga ou no exercício de opções de compra de ações originárias do Plano, respeitado o limite do capital autorizado aprovado pela Assembleia Geral da Companhia para este fim, nos termos do artigo 168, § 3º, da Lei das S.A.

d. Número máximo de opções a serem outorgadas

Até no máximo 7.325.235 (sete milhões trezentos e vinte e cinco mil duzentos e trinta e cinco) opções de compra de Ações. A conversão das opções em ações observará a proporção de 1 (uma) opção para 1 (uma) ação.

e. Condições de aquisição de ações

O preço de outorga da opção será determinado pela aplicação da seguinte fórmula de precificação:

PREÇO DA OPÇÃO:

$PO = 5\%$ do Patrimônio Líquido na data da outorga, dividido pelo número total de ações da Companhia.

A Opção de Compra de Ações somente poderá ser exercida se e quando ocorrer um dos seguintes Eventos de Liquidez: (a) alienação de participação acionária que implique na mudança do controle acionário da Companhia; ou (b) realização de oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

("IPO"), independentemente do valor das ações de emissão da Companhia na data da ocorrência dos Eventos de Liquidez.

As opções de compra de Ações deverão ser exercidas integralmente, dentro dos prazos e nas condições estabelecidas nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações, as quais deverão ser consistentes com as condições gerais previstas neste Plano. O prazo de exercício será de até 5 (cinco) anos contados da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum Evento de Liquidez, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo beneficiário corrigido pelo IPC-A.

f. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço do exercício de cada Opção de Compra de Ações será determinado com base no Enterprise Value, calculado com base no EBITDA anual dos últimos três exercícios encerrados e auditados da Companhia imediatamente anteriores à data de compra das opções ("Preço de Exercício da Opção de Compra"), conforme fórmula abaixo:

ENTERPRISE VALUE: $EV = 6 \times \text{Média do EBITDA da Companhia nos últimos três exercícios}$

O Preço de Exercício da Opção de Compra, será corrigido pelo IPC-A +3,00% (três por cento) ao ano, desde a outorga até o exercício.

Uma vez estabelecido o Preço de Exercício da Opção de Compra, caso o Endividamento Líquido (valor correspondente à diferença entre o valor do Caixa e do Endividamento da Companhia) seja maior que 2,5 vezes o EBITDA, o valor da diferença será adicionado ao Preço de Exercício da Opção de Compra. O Endividamento será considerado proporcionalmente ao número de Ações objeto da Opção de Compra.

A Opção de Compra somente poderá ser exercida mediante entrega da Notificação de Exercício pelo Beneficiário no prazo e nos períodos fixados no 2º Plano e nos respectivos Contratos de Opção de Compra de Ações.

Caso o Beneficiário exerça seu direito de compra de ações, o preço deverá ser pago em até 10 (dez) dias contados da data de entrega da Notificação de Exercício, devendo a emissão das respectivas ações (e/ou venda, no caso de ações em tesouraria) ocorrer em até 30 (trinta) dias da data do pagamento do preço de exercício pelo Beneficiário.

g. Critério para fixação do prazo de aquisição ou exercício

O prazo de exercício é de até 5 (cinco) anos a contar da ocorrência de um dos Eventos de Liquidez. Para todos os beneficiários, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão adquiridas em lotes,

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

seguinte sistemática de carência: (i) no momento da outorga, não haverá qualquer lote vestido; (ii) no primeiro ano será vestido o primeiro lote, correspondente a 50% das Ações outorgadas; (iii) no segundo ano será vestido o segundo lote, correspondente a 75% das Ações outorgadas; e (iv) no terceiro ano será vestido o terceiro lote, correspondente a 100% das Ações outorgadas.

No caso de Evento de Liquidez, conforme previsto no 2º Plano, no mínimo 30,00% das opções outorgadas poderão ser adquiridas imediatamente (caso ainda não tenha sido atingido o Ano 1), independentemente dos prazos previstos, possibilitando seu posterior exercício nos termos definidos no 2º Plano. Os demais percentuais (Ano 2 e Ano 3) seguirão a sistemática original prevista acima.

Se após o decurso do prazo de 4 (quatro) anos não tiver ocorrido nenhum dos Eventos de Liquidez previstos no 2º Plano, as Opções de Compra de Ações outorgadas serão recompradas pela empresa pelo valor pago pelo Beneficiário corrigido pelo IPC-A desde o referido pagamento.

h. Forma de liquidação

Os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações em decorrência do exercício das opções de compra no âmbito do 2º Plano terão direito de venda conjunta (“tag along”) proporcional em caso de alienação de participação acionária detida, direta ou indiretamente, no capital social da Companhia pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros, que implique a mudança do controle acionário da Companhia.

O direito de venda conjunta de cada Ação dos Beneficiários será correspondente a 100,00% (cem por cento) do valor atribuído a cada ação alienada pelo acionista Benjamin Ribeiro Quadros.

Além disso, o acionista Benjamin Ribeiro Quadros terá o direito de compelir os Beneficiários que venham a ser titulares de Ações no âmbito do 2º Plano a vender as Ações de que sejam titulares (“drag along”).

i. Restrições à transferência das ações

No caso de Evento de Liquidez consistente em IPO, as Ações no âmbito do 2º Plano deverão ser convertidas no equivalente de Ações a que o Beneficiário tem direito, do mesmo tipo e classe das demais ações ofertadas na Bolsa de Valores, e somente poderão ser vendidas pelos Beneficiários, na forma e prazos estabelecidos no referido IPO e de acordo com as demais obrigações contratadas perante a B3 e em conformidade com as demais leis aplicáveis.

j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Se o número de ações existentes na Companhia for aumentado ou diminuído ou se as ações forem trocadas por espécies ou classes diferentes, como resultado de bonificações em ações, grupamentos ou desdobramentos, serão então feitos ajustamentos apropriados no número de Ações em relação às quais as opções tenham sido concedidas e ainda não exercidas. Quaisquer ajustamentos nas opções serão

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

feitos sem mudança no valor de compra do total aplicável à parcela não exercida da opção, mas com ajustamento correspondente ao preço de exercício por cada ação ou qualquer unidade de ação abrangida pela opção.

Se a Companhia for capitalizada, a qualquer momento, os Beneficiários, quando do exercício das opções de compra, terão sido proporcionalmente diluídos.

O Conselho de Administração estabelecerá as regras aplicáveis aos Beneficiários para os casos de dissolução, transformação, incorporação, fusão, cisão ou reorganização societária da Companhia.

k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Caso o contrato de trabalho ou o mandato do Beneficiário venha a cessar em razão (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (sem justa causa) ou destituição (sem justo motivo), o Beneficiário poderá: manter as opções já pagas e exercê-las caso ocorra um dos Eventos de Liquidez, desde que em até 30 (trinta) dias dos eventos ali descritos, mediante notificação por escrito enviada ao Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, a Companhia realizará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato. Na hipótese de demissão com justa causa ou destituição com justo motivo, obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, a Companhia efetuará a recompra das opções de compra outorgadas ao Beneficiário pelo valor do Prêmio calculado com base na data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, conforme a metodologia de cálculo descrita no plano.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		3		3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		5,5%		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		4,76		4,76
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		3		3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		5,2%		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		4,76		4,76
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		3		3
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0,7%		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		4,76		4,76
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2		2
N° de membros remunerados		0		0
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto		0		----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social		0,00		0,00
Perdidas e expiradas durante o exercício social		0,00		0,00
Exercidas durante o exercício social		0,00		0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

“**Plano 1**” - Não há remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

“**Plano 2**” - A tabela abaixo apresenta informações sobre a remuneração baseada em ações da Diretoria Estatutária da Companhia reconhecida no resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, considerando o número de membros de cada órgão aos quais foi efetivamente atribuída remuneração baseada em ações.

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
a. órgão	Diretoria Estatutária		
b. número total de membros	6,00	6,00	2,00
c. número de membros remunerados	3,00	3,00	-
d. data de outorga	-	09.2021	-
e. quantidade de opções outorgadas	-	924.016	-
f. prazo para que as opções se tornem exercíveis	-	Evento liquidez (IPO ou venda de controle)	-
g. prazo máximo para exercício das opções	-	5 anos	-
h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções	-	N/A	-
i. valor justo das opções na data de cada outorga;	-	1º lote R\$ 1,20 2º lote R\$ 1,01 3º lote R\$ 0,85	-
j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga	-	-	-

8.7 Opções em aberto

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não aplicável. Os membros do conselho de administração e a diretoria estatutária da Companhia não possuem, atualmente, opções em aberto.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

b. número total de membros

c. número de membros remunerados

d. número de ações

e. preço médio ponderado de exercício

f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não aplicável. Não há opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais.

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não aplicável. Não há remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.10 Outorga de ações

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não aplicável. Não há outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

8.11 Ações Entregues**Exercício Social: 31/12/2023**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		3		3
N° de ações		0		0
Preço médio ponderado de aquisição		0,00		0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		3		3
N° de ações		0		0
Preço médio ponderado de aquisição		0,00		0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		6		6
N° de membros remunerados		3		3
N° de ações		0		0
Preço médio ponderado de aquisição		0,00		0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00

Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros		2		2
N° de membros remunerados		0		0
N° de ações		0		0
Preço médio ponderado de aquisição		0,00		0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas		0,00		0,00

8.12 Precificação das ações/opções

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor das opções emitidas no âmbito do Plano 2 foi determinado utilizando-se a metodologia “Barone-Adesi e Whaley”, uma variante do modelo “Black & Scholes”, que permite a precificação do tipo americano, no qual o detentor poderá exercê-la a qualquer momento até o limite do prazo de expiração da opção. O modelo estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

- ✓ **Preço das ações:** Como a Companhia não possuía ações negociadas até a data de avaliação do plano de stock options, foi realizado pela Administração uma estimativa de valor justo considerando a metodologia denominada de fluxo de caixa descontado. O valor da ação estimado foi de R\$ 7,92.
- ✓ **Preço de exercício:** 1º lote – R\$ 3,53; 2º lote – R\$ 4,68; 3º lote – R\$ 5,64
- ✓ **Volatilidade esperada:** Foi utilizado uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano com taxa média de 31,8%.
- ✓ **Prazo de vida da opção:** consideramos um prazo de vida de 5 anos a partir da data do evento de liquidez (Oferta pública de ações ou venda de controle), conforme disposto no Plano de Opções.
- ✓ **Dividendos esperados:** O dividendo yield foi considerando uma distribuição mínima de 25% dos lucros em forma dividendos dos resultados de 2021 e 2020. A taxa de dividendos obtida foi de 1,00204% ao ano.
- ✓ **Taxa de juros livre de risco:** Foi utilizado como proxy para a taxa livre de risco as taxas de referência para ajustes de contratos de Swap DI x Pré. A taxa média utilizada foi de 9,60% e 9,53%.

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Para as opções, foi mensuramos o valor justo dos direitos sobre a valorização de ações, mediante um modelo de precificação de opções na data de concessão, registrando tal despesa como despesas gerais e administrativas ao longo do período de carência de cada tranche das opções.

8.12 Precificação das ações/opções

O modelo utilizado “Barone-Adesi e Whaley” sugere uma fórmula na qual a equação diferencial estocástica é dividida em dois componentes: o valor da opção europeia e o prêmio de exercício antecipado. Esta solução envolve encontrar o valor crítico de forma que se fique indiferente entre o exercício antecipado e a manutenção até o vencimento.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A determinação da volatilidade esperada foi realizada por uma proxy de volatilidade de empresas similares do mercado acionário americano.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu Valor Justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles já descritos.

8.13 Participações detidas por órgão

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:

Na tabela abaixo apresentamos a quantidade de ações da BRQ detidas pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária:

Órgão	Sociedade Emissora dos Valores Mobiliários	12.2021	12.2022
Conselho de Administração	BRQ Soluções em Informática S.A.	98.326.061	86.451.073
Diretoria Estatutária	BRQ Soluções em Informática S.A.	1.689.078	13.564.066
Conselho Fiscal	BRQ Soluções em Informática S.A.	-	-

8.14 Planos de previdência

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não aplicável, uma vez que a Companhia não contribui com planos de previdência de titularidade dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	6	6	2	7	7	6
Nº de membros remunerados	6	6	2	4	4	2
Valor da maior remuneração	1.032.221,91	960.654,90	911.000,00	227.985,60	206.958,60	198.008,64
Valor da menor remuneração	691.123,42	606.443,04	704.000,00	227.985,00	206.958,60	198.008,64
Valor médio da remuneração	861.672,67	724.984,20	807.500,00	227.985,01	206.958,60	198.008,64

Observação

Diretoria Estatutária

Conselho de Administração

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Contratos entre a Companhia e seus Administradores não contêm quaisquer arranjos contratuais. A Companhia não fornece apólices de seguros nem outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para seus Administradores, ressalvado pela apólice de seguro D&O referida neste FRE.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

EXERCÍCIO 2020			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2021			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A
EXERCÍCIO 2022			
a. órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
b. percentual da remuneração total	0%	100%	N/A

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável. Não há valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

Não aplicável. Nenhum membro do Conselho da Administração ou da Diretoria Estatutária da Companhia recebeu remuneração decorrente de suas atividades na Companhia cujos valores tenham sido reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas.

8.20 Outras informações relevantes

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação a esta seção que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.



Anexo IV: Destinação do Lucro Líquido (Anexo 9-1-II Instrução CVM 481/09)



SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

+++++++
+++++++
+++++++
+++++++
+++



DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO RESOLUÇÃO CVM Nº 81, DE 29 DE MARÇO DE 2022

ANEXO A

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 é de **R\$ 83.853.273,18** (Oitenta e três milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta e três reais e dezoito centavos).

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global corresponde a **R\$ 40.547.291,64** (Quarenta milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos) para distribuição de dividendo obrigatório e adicionais aos acionistas.

O valor por ação dos dividendos obrigatórios (com atualização monetária) e adicionais é de **R\$ 0,30580996**.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O percentual do Lucro Líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, corresponde a 97% do lucro líquido ajustado.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
++++



d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Descrição	Data Declaração de Pagamento	Valor Bruto (R\$)	Valor Bruto por Ação ON (R\$)	Data Pagamento
Dividendos Adicionais	19/04/2023	R\$ 20.273.645,82	R\$ 0,15258956	27/04/2023
Dividendos Adicionais (Atualização Monetária)	A ser informado na ata da assembleia			

Incidirá sobre o pagamento dos dividendos a aplicação da atualização monetária pela variação do IGP-M do mês anterior à referida atualização e calculado pro rata temporis, a partir da data do encerramento do exercício social até a data do seu efetivo pagamento aos acionistas.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, devido não ter ocorrido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Lucro Líquido	83.853.273,18	36.736.884,48	42.286.456,41
Ações ON	133.186.083	133.186.083	133.186.083
Lucro por Ação ON	0,62959	0,27583	0,31750





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++



b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Descrição	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Dividendos	40.547.291,64	17.450.020,13	20.086.066,80
Ações ON	133.186.083	133.186.083	133.186.083
Ações	132.863.910	132.803.910	132.975.127
Ações em tesouraria	322.173	382.173	210.956
Dividendo por Ação ON	0,30518	0,13140	0,15105

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado a Reserva Legal corresponde a **R\$ 2.758.689,91** (Dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e nove reais e noventa e um centavos).

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme os termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, a reserva legal é constituída por meio da destinação de 5% do lucro líquido, sendo que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações não poderá exceder 30% do capital social, no exercício em que o valor for superior ao limite não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++



Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, devido não possuímos ações preferenciais.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme previsto no ARTIGO 39º - Anualmente, no dia 31 de dezembro, a Companhia encerrará o seu exercício social, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras previstas em lei, observando-se, quanto ao resultado, as seguintes disposições:

- (i) do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto sobre a renda;
- (ii) do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, conforme artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que no exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;
- (iii) 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, pelo menos, para pagamento de dividendos;
- (iii) no exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos do item (ii) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (iv) constituição de outras reservas ou fundos previstos em lei ou neste estatuto.

§ 1º - Havendo saldo dos resultados, após as destinações referidas nos itens (i) a (iv) acima, o mesmo ficará à disposição da Assembleia Geral, observadas as prescrições legais. Caso o saldo de reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas.





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

+++++++
+++++++
+++++++
+++++++
+++



§ 2º - A Diretoria, ouvido o Conselho de Administração, poderá "ad referendum" da Assembleia Geral, que deliberará imediatamente, antecipar a distribuição de dividendos.

§ 3º - Sem prejuízo do balanço patrimonial previsto no "caput" deste artigo, a Companhia poderá, sempre que necessário, levantar balanços extraordinários.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, está sendo pago integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não há montante retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

c. Justificar a retenção dos dividendos

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da BRQ.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

c. Explicar porque a perda foi considerada provável

d. Justificar a constituição da reserva

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++



Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- Identificar o montante destinado à reserva
- Descrever como o montante foi calculado

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

A proposta do orçamento de capital aprovada pela Companhia, para o exercício social do ano de 2022, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, para fins de atender às necessidades de aquisições de empresas e investimentos no montante total de **R\$ 78.083.378,54** (setenta e oito milhões, oitenta e três mil, trezentos e setenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos).

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Aquisição de Empresas / Investimentos	R\$ 78.083.378,54
Total de Orçamento de Capital	R\$ 78.083.378,54

I) Orçamento de Capital - Artigo 196 da lei 6.404/76

Tendo em vista o crescimento da BRQ e as projeções realizadas para os negócios até 2023, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de TI e investimentos minoritários em start-ups.

Para tanto, será oportuna a formação da reserva de investimentos futuros no montante de **R\$ 78.083.378,54**.





SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++



16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva

b. Explicar a natureza da destinação

Os itens acima não são aplicáveis a Companhia, pois não ocorreu destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.





Anexo V: Orçamento de Capital



SUA PARCEIRA EM TODOS OS DESAFIOS DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

++++++
++++++
++++++
++++++
+++



ORÇAMENTO DE CAPITAL

Aquisição de Empresas / Investimentos	R\$ 78.083.378,54
Total de Orçamento de Capital	R\$ 78.083.378,54

I) Orçamento de Capital - Artigo 196 da lei 6.404/76

Tendo em vista o crescimento da BRQ e as projeções realizadas para os negócios até 2023, a Companhia fará investimentos em projetos de aquisição de empresas, investimentos em ativos tangíveis e intangíveis de TI e investimentos minoritários em start-ups.

Para tanto, será oportuna a formação da reserva de investimentos futuros no montante de **R\$ 78.083.378,54**.

